

1                   **ATA DA XLVI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CRH**

2

3                   Aos 12 (doze) dias do mês de dezembro de 2019, às 09h, no auditório do Departamento de Estradas de Rodagens de Pernambuco (DER/PE), situado à Av. Cruz Cabugá, nº 1033 – Santo Amaro – Recife/PE, presentes os conselheiros regularmente convocados e convidados, devidamente registrados em Listas de Presença, deu-se início a XLVI Reunião Ordinária do CRH e, observada a **complementação do quórum necessário**, registramos que, através de e-mail enviado ao CRH, apresentaram suas **justificativas de ausência** os conselheiros: **Anderson Paiva (conselheiro-suplente da ABRH), Djalma Alves de Souza (Prefeito de Solidão/PE) e Cleomatson Coelho de Vasconcelos (Prefeito de Santa Filomena/PE) – ambos representantes do Sertão, e o Deputado Diogo Moraes. Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: "Bom dia a todos e a todas! Vamos dar início a XLVI Reunião Ordinária do CRH, conforme previsto, conforme a Convocação. Então, para fazer a abertura da reunião eu passo a palavra para a nossa Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos, **Fernandha Batista**." **Fernandha Batista (Presidente do CRH)**: "Bom dia a todos! É uma satisfação estar aqui novamente! Há menos de um mês a gente se reunião aqui, numa Reunião Extraordinária e hoje a gente está aqui para dar uns esclarecimentos a respeito do que ocorreu de lá para cá, e também para dar continuidade, dar andamento à quarta reunião do CRH deste ano. Ontem, Pernambuco participou em Brasília, tanto do Seminário, no dia 10 (dez) de dezembro agora, na terça-feira passada, quanto ontem, na reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) – onde todo o Nordeste estava presente e vários pontos foram deliberados e eu vou falar um pouco sobre isso também, mas queria destacar uma coisa importante, além de agradecer a presença de todos, de falar da nossa intenção de, cada vez mais, participar e trazer pautas importantes para o Conselho, e discutir com as câmaras. Eu vi que também está na nossa meta hoje, propor a questão da reestruturação da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTALI) e a nossa proposta é que, ao longo de 2020 – que é outra pauta que também faz parte do trabalho de hoje, quais as datas dos Encontros que serão realizados, é que aumente mais ainda, a participação dos conselheiros – como a garantia também da nossa participação direta nesses sistemas que são muito importantes! Ontem foi um dia fundamental para a consolidação da retomada do CNRH – acho que em abril foram extintos todos os Conselhos, mas em setembro o de recursos hídricos foi recriado através de Legislação aprovada no Congresso, e ontem foi a Posse dos Conselheiros – em que nós somos Suplentes e o nosso Titular é **Paulo Varella**, do Rio Grande do Norte, e o Primeiro-Suplente é **Porfírio**, da Paraíba, então ficamos na Segunda-Suplência e estamos muito bem representados, e participativos, nesse processo em Brasília. A ideia é também fazer algumas reestruturações – que aí é uma coisa que a gente tem que começar a pensar, em relação ao funcionamento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), mas para trazer mais efetividade e mais voz aos conselheiros. Queria falar de um ponto importante: a gente teve uma reunião aqui, no dia 18 de novembro, agora recentemente, onde algumas pautas foram aprovadas e numa delas diz respeito ao PISF – a questão da operacionalização e das tratativas da APAC, como Operadora Estadual, e da Cobrança! E isso aí foi uma longa discussão e eu queria falar um pouquinho desse ponto, o que é que aconteceu de lá para cá, depois da questão da votação! A gente fez o trabalho de análise, discussão e votação ao nível do CRH e, entre os dias 18 (dezoito) e 19 (dezenove) de novembro essa foi a única pauta da agenda! Inicialmente, a gente fez reuniões com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) – com revisão, com uma discussão muito profundo, com a participação direta da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) – que é coordenada por **Alexandre Rebélo**. E depois disso a gente fez rodadas de discussões dentro da Agência Reguladora de Pernambuco (ARPE), com alguns usuários e aí eu cito dois exemplos: a Compesa, que é um grande usuário e o Sindaçúcar. A gente também fez discussões com a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE) – na Presidência da ALEPE, no dia 19 (dezenove) de novembro, depois do que a gente discutiu aqui, e por fim, depois de passar por Compesa, Sindaçúcar, ARPE, ALEPE, fizemos uma reunião na noite do dia 19 (dezenove) de novembro no Palácio do Governo – nesse dia, nesse momento, o Governador estava numa semana de trabalho com todos os outros Governadores do Nordeste, na Itália – passaram pela Itália, Espanha, enfim, na busca de alguns financiamentos importantes, que já estão se consolidando agora, mas o Governador estava fora no dia 19 (dezenove) de novembro. O último dia para o envio de qualquer Projeto de Lei – não só desses, foi no dia 20 (vinte) de novembro! Então, a gente teve, de fato, todas essas tratativas ao longo do dia 19 (dezenove). Recapitulando, para quem está chegando: fizemos reuniões, após a Reunião do CRH no dia 18 (dezoito) de novembro – acho que aqui terminou por volta das 16 (dezesseis) horas; fizemos reuniões com alguns usuários – os dois grandes exemplos são a Compesa e o Sindaçúcar; Houve discussão na ARPE a respeito do impacto que o PISF, a Cobrança vão trazer nas respectivas tarifas – e isso deve ser discutido e foi introduzido na ARPE; Discussão na SEPLAG; dentro da ALEPE e por fim, voltando para o ponto que eu estava, foi feita uma reunião dentro do Palácio do Governo – o Governador estava na Europa – com a presença de 06 (seis) Secretarias, dentre elas a Casa Civil, a Secretaria da Fazenda (SEFAZ), a SEPLAG, a PGE, a SEINFRA e Comunicação. A gente conseguiu fazer toda uma discussão, que foi muito rica naquele momento e, dentro do que foi pleiteado nessas reuniões, seja na ARPE, seja pelo Sindaçúcar, pelo grupo ou pela associação, seja dentro da própria ALEPE, foi: primeiro, uma compreensão em relação à agilidade – que a gente precisa ter para se estruturar, para assumir a



52 operação do São Francisco – isso foi unânime, todo mundo concordou; segundo, a concordância com o conteúdo da Cobrança – na  
53 verdade há um entendimento e há uma observação em relação ao que acontece lá fora, muito perto de nós, é assim: as melhorias  
54 na prestação dos serviços que a Paraíba pôde ter após a implementação da Cobrança; o trabalho de gestão dos recursos hídricos  
55 que o Ceará desenvolve há pelo menos 20 (vinte) anos depois de ter implementado a Cobrança. Então, a importância do conteúdo  
56 da Cobrança também foi discutida! Alguns dos órgãos que eu citei, comentou e solicitou que a gente fizesse algumas rodadas de  
57 esclarecimentos – a gente deixou claro que as Audiências Públicas já foram realizadas e foram 10 (dez)! Cumprindo aí mais do que  
58 se preconiza qualquer norma de transparência, mas que naquele momento, na noite do dia 19 (dezenove), fizemos uma votação no  
59 Palácio – levamos a votação que foi realizada no CRH – creio que foram 09 (nove) votos favoráveis e 07 (sete) contrários –  
60 ponderamos isso também, e nessa votação entre 06 (seis) Secretarias do Governo do Estado, nós optamos por enviar no dia 20  
61 (vinte) de novembro – que era o último dia antes do encerramento dessa sessão na ALEPE, enviar o Projeto de Lei que se refere à  
62 operação do São Francisco – a questão de assumir essas atividades que o Governo Federal está impondo aos Estados – e  
63 Pernambuco não vai deixar de fazer todo o trabalho necessário para essa água chegar na casa das pessoas – e hoje já chega, pelo  
64 menos, para 400.000 (quatrocentos mil) habitantes! Optamos naquele momento de enviar a proposta que se refere ao PISF – que é  
65 o nosso Título I, o primeiro que foi aprovado no CRH, e discutir para enviar em fevereiro a questão da Cobrança! Essa discussão, a  
66 gente não tem a intenção de voltar anos atrás, dois anos atrás pelo menos, e começar do zero! Na verdade, à título de  
67 esclarecimento, se tiver alguma alteração significativa isso deve se dar no âmbito da Assembleia, mas a gente não pretende fazer,  
68 com o perdão do termo, 'o cachorro correr atrás do rabo'! A gente já tem uma opinião, um estudo que foi desenvolvido, ao mesmo  
69 tempo foi pleiteado uma discussão que traga maiores esclarecimentos e foi pactuado entre as Secretarias, inclusive na ALEPE, que  
70 esse projeto deve ser encaminhado até o final de fevereiro! Então, fizemos esse trabalho e isso deve estar sendo votado nos  
71 próximos dias – essa questão do PISF, e a gente está acompanhando outra coisa que também fizemos, depois da Reunião do CRH,  
72 foi solicitar ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) que prorrogasse, pelo menos, por 06 (seis) meses a Outorga para  
73 essa operacionalização não ser assumida pelos 04 (quatro) Governos dos Estados beneficiários do PISF, para isso não acontecer  
74 agora, em janeiro, e a gente tem algumas razões para isso! A gente está numa maratona, com os processos bem avançados, mas a  
75 gente precisa concluir algumas Licitações que são importantes, para fazer essa operação ter, de fato, a efetividade necessária. A  
76 gente precisa ter um trabalho de Fiscalização de Campo, de análise, de Monitoramento Hidrológico, enfim, uma Central de Controle  
77 Operacional dentro da APAC, que é a nossa Operadora Estadual, e isso requer um tempo, pelo menos alguns meses! Então, a  
78 gente pediu e isso foi considerado pelo Ministério, foi encaminhado à Agência Nacional de Águas (ANA) – que também já emitiu um  
79 parecer e ontem foi votado no CNRH, essa postergação, esse Aditivo de Prazo da Outorga! Então, eles têm a Outorga e é provável  
80 que o início da operação comercial ocorra até julho – a Outorga vai até 31 (trinta e um) de julho – a gente não sabe o mês,  
81 exatamente, em que o Estado vai assumir essa atividade, mas com certeza, até o dia 31 de julho! A gente deve também, pelo  
82 menos há uma meta de em dezembro, os 04 (quatro) Estados assinarem um contrato, digamos que um Contrato de Prestação de  
83 Serviços onde tem todas as obrigações do Governo Federal e todas as obrigações de cada Estado beneficiário – pretende ser  
84 assinado ainda em dezembro, com a participação da PGE e assinatura ou delegação por parte dos Governadores, mas é um tema  
85 que a gente entende que tem sido bem equacionado, pois é um tema que não é fácil, é realmente complexo – não só em  
86 Pernambuco, todos os outros Estados se encontram nesse mesmo nível de preparação, apesar deles terem um avanço maior em  
87 relação à gestão dos recursos hídricos, também por terem implementado a Cobrança anos atrás, mas em relação à operação do  
88 São Francisco, todo mundo precisa de um incremento operacional e essa fase de contratação é importante para a gente poder  
89 assumir essas atividades de forma segura. Ontem, inclusive, coincidentemente foram abertas – coincidentemente não, porque foi  
90 uma solicitação também nossa! Mas foram abertas as comportas do Eixo Leste. Tem algumas obras que o MDR está fazendo, tem  
91 contratações que eles ainda estão concluindo o Processo Licitatório e é importante que essa transição seja muito bem coordenada e  
92 com a compreensão das duas partes para poder essa 'transmissão de bastão' ser bem-sucedida! Então, eu queria agradecer a  
93 presença de todos e falar da importância que, ao meu ver, tem esse Conselho – onde todo mundo tira o 'vestuário das suas próprias  
94 funções' e somos todos conselheiros. Se cada vez mais a gente se propor a pensar no coletivo e a buscar essas melhorias à nível  
95 Governo, à nível sociedade, buscando o uso sustentável da água, o resultado bom é para todo mundo! Então, que fique claro o  
96 nosso compromisso diante desse trabalho de busca da sustentabilidade em relação a esse tema. Muito obrigada! Agora passo a  
97 palavra para **Simone Rosa**." **Simone Rosa**: "Então, dando seguimento, o nosso próximo ponto de pauta, vamos seguir com a  
98 aprovação da ATA da XLV Reunião Ordinária, do dia 15 (quinze) de agosto de 2019. Nós ainda não temos a ATA da última reunião,  
99 já que ela ocorreu num tempo relativamente curto, pois foi em 18 (dezoito) de novembro, já que nós temos um serviço de gravação  
100 e de transcrição, e ainda não recebemos o teor de toda a ATA transcrita e então por isso não trouxemos, hoje, a ATA da última  
101 reunião, que foi a XIX Reunião Extraordinária, ocorrida em 18/11/2019. Então, prosseguimos então com a aprovação da ATA da  
102 última Reunião Ordinária de 15/08/2019. Bem, todos os conselheiros a ATA previamente, com a devida antecedência, junto com a  
103 Convocação desta Reunião, e como se trata de uma ATA muito extensa o nosso procedimento tem sido não ler aqui a ATA, e sim,  
104 abrir a palavra ao Plenário para os conselheiros que tiverem alguma sugestão de alteração, ou quiserem alguma correção, possam  
105 se expressar, e aí a gente vai, pontualmente, nos aspectos que forem citados aqui pelos conselheiros. Então, abro a palavra aqui ao  
106 Plenário: quem quiser se manifestar, por favor identifique-se porque esta reunião também está sendo gravada, e aí pode fazer a sua  
107 colocação! Não temos nenhuma inscrição, nem uma sugestão, proposição, alteração, complementação, não? Bem, já que  
108 aguardamos um pouco aqui e não houve manifestação, entendemos que não há nenhuma proposta e todos, então, aprovam por



109 unanimidade a ATA da XLV Reunião Ordinária do CRH, do dia 15/08/2019, na forma como ela foi enviada aos conselheiros –  
110 então, aprovada a ATA da forma como foi encaminhada, sem nenhuma alteração!" **Ricardo Braga (da ANE):** "É apenas um pedido  
111 de esclarecimento à Dra. **Fernandha**, e me corrija se eu estiver enganado. Na vez passada, que foi a reunião de novembro, a gente  
112 propôs a inclusão nesse Projeto de Lei – que seria da outorga e não seria do São Francisco, a obrigatoriedade do Estado em não  
113 contingenciar os recursos do FEHIDRO! Eu queria saber se, no encaminhamento para a Assembleia Legislativa, da segunda parte  
114 que vai ser em fevereiro, está incluso já isso?" **Fernandha Batista:** "a gente não fez mudanças significativas do conteúdo desse  
115 primeiro título, na verdade, a gente retirou uma parte, porque toda a normativa vai ser através de um Decreto do Governador – isso  
116 está no Projeto de Lei! Então a gente deixou a caracterização da APAC como operadora, e a gente pode disponibilizar, claro, a  
117 minuta que foi enviada para a ALEPE, e mantemos esse objetivo, essa intensão dos recursos do FEHIDRO não serem  
118 contingenciáveis, senão não tem operação do São Francisco e nem a melhoria de gestão!" **Ricardo Braga (da ANE):** "Agora, é que  
119 se for na alçada de um Decreto do Governador não adianta, absolutamente nada, porque é próprio Governador que contingencia!  
120 Então tem que ser uma instância acima, para dizer que o Governador não pode contingenciar! Senão seria inócuo." **Fernandha**  
121 **Batista:** "A parte da Cobrança não foi encaminhada!" **Ricardo Braga (da ANE):** "Não chegou nem a encaminhar?" **Fernandha**  
122 **Batista:** "Não! A da Cobrança, não! Como alguns setores disseram: 'olhe, a gente quer discutir mais!' Na verdade, todos esses  
123 setores, inclusive a ARPE – com quem a gente se reunião também entre o dia, acho que foi no dia 19 (dezenove) de novembro  
124 mesmo, e disseram: 'vamos discutir mais, porque é um tempo muito curto e eu acho que a palavra 'cobrança' termina assustando!  
125 Então, foi um pedido de dialogar mais sobre isso e encaminhar em fevereiro, ao invés de encaminhar num Processo de Urgência,  
126 junto com o PISF. Então, o PISF foi e Sandra pode confirmar aí, exatamente, essa questão do artigo, mas o objetivo é esse!"  
127 **Ricardo Braga (da ANE):** "Certo! Agora, no caso, como a Assembleia vai receber em fevereiro e nossa reunião, possivelmente, só  
128 vai ser no dia 15 (quinze) de março, eu solicitaria que fosse encaminhada aos conselheiros, a versão a ser enviada para a  
129 Assembleia Legislativa!" **Fernandha Batista:** "Se acharem prudente, a gente também já deixa marcada uma Reunião  
130 Extraordinária, ou antecipa a Ordinária, enfim!" **Ricardo Braga (da ANE):** "Não dá por causa do Carnaval, aqui em Recife é muito  
131 quente nessa época!" **Fernandha Batista:** "Mas a gente disponibiliza a minuta para os conselheiros, antes de enviar para a  
132 ALEPE!" **Ricardo Braga (da ANE):** "E aí eu queria ler, naquela minuta, essa inclusão, porque foi acertado dentro do Conselho e  
133 aceito pela Secretaria!" **Fernandha Batista:** "Sim, isso é fundamental! Certo." **Simone Rosa:** "Eu vou passar para **Sandra** para ela  
134 fazer um esclarecimento aqui, inclusive a respeito da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC)." **Sandra Ferraz (da SERH):**  
135 "O Projeto de Lei que foi encaminhado para a Assembleia, como a Secretaria falou, é o que diz respeito ao PISF, especificamente  
136 ao Sistema Estadual de Gerenciamento desse Projeto-PISF. O Título II, que tratava da Cobrança, inclusive falamos com **Jorge**  
137 **Fieza** e nos comprometemos em até voltar o assunto à CTOC, porque eles tinham esse registro e até houve uma reunião ontem,  
138 que a gente precisa que eles opinem, e aí é uma oportunidade de fazer isso, no que diz respeito à Cobrança. Então, fiquem  
139 tranquilos, porque em janeiro a gente vai trabalhar com a Cobrança, e aí eu acho que não vai ter previsto uma Reunião Ordinária do  
140 CRH, porque normalmente ocorre em março, no mês da água, é a primeira Reunião Ordinária do CRH – o que não impede de  
141 marcarmos uma Extraordinária para tratarmos dessa questão, mas é um compromisso de o quanto antes, a gente fazer e envolver a  
142 Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC)." **Paulo André (da Associação Fazenda Fieza):** "Era exatamente sobre isso que  
143 eu iria falar: seria interessante, porque existe uma dificuldade de se fazer uma Reunião Extraordinária, pois parece que o 'deadline'  
144 é fevereiro, o prazo final de entrega é fevereiro, então seria interessante uma articulação dos conselheiros, para eles terem acesso a  
145 essa minuta do projeto que vai ser encaminhada, se articular com a CTOC, e seria dentro dessa câmara técnica que se faria essa  
146 discussão, e em março, traria de volta para o Plenário do CRH. Mas entre janeiro e fevereiro a articulação entre a CTOC e os  
147 conselheiros que acharem por bem um parecer, eu acho bem interessante!" **Fernandha Batista:** "Só para a gente ver se está  
148 nivelado! O pedido, agora, entre 19 (dezenove) e 20 (vinte) de novembro, foi que o encaminhamento não fosse feito sem um maior  
149 esclarecimento para alguns setores. Acho que é importante a gente manter o que foi pactuado na última reunião – que não foi um  
150 trabalho fácil! E não rasgar toda a discussão do dia 18 (dezoito) de novembro. Eu lembro também, perfeitamente, que a gente  
151 incluiu esse artigo, tratando da questão de não serem recursos passíveis de serem contingenciados, senão não fica de pé tudo o  
152 que a gente se propõe a fazer, mas que a gente não pretende voltar a discussão do início – senão a gente não consegue enviar  
153 nem em julho! Que dirá em fevereiro ou início de março – já que tem aí, bem lembrado, o Carnaval que acho que será da metade  
154 para o final de final de fevereiro. Então assim, se a gente não focar mesmo em discutir, verificar esses pontos que são fundamentais  
155 para a operacionalização dos recursos, melhoria da gestão, a gente vai voltar a discutir coisas de três anos atrás, e não envia por  
156 mais um ano! É ruim, não é? Ontem a gente viu como é importante que todos os instrumentos estejam implantados – a gente vê um  
157 cenário nacional, os outros Estados têm avançado nesse ponto e Pernambuco precisa avançar também! Pernambuco, a gente tem  
158 a proposta de cada vez mais, inclusive é um dos Estados que eles mais comentam – de participação, de envolvimento, de seriedade  
159 em relação ao que preceitua a Lei, e não nos caberia voltar todo o processo para discutir alguns detalhes, e nem votar novamente!  
160 Eu acho que é uma revisão final, na verdade, mas que cada ponto desse foi discutido, foi aprovado e não vale à pena a gente voltar  
161 para o início! Agora, uma discussão, a questão dos esclarecimentos serem dados, o envolvimento, o diálogo com os setores que  
162 vão ser mais afetados – da indústria, enfim! Isso já foi feito, mas acho que cabe novamente, pois quanto mais esse ponto tiver aceito  
163 e esclarecido na cabeça das pessoas, melhor e mais fácil ele vai influir – seja na ALEPE, seja no dia-a-dia, depois, para quem vai  
164 lidar com a gestão dos recursos hídricos." **Paulo André (da Associação Fazenda Fieza):** "Foi exatamente isso que eu havia falado,  
165 que não é para voltar a discussão do início, mas dentro da CTOC, fazer as vezes do Plenário do CRH, para que revise isso aí, e até



166 porque – como disse o pessoal das Secretarias – fechar alguns pontos que ficaram abertos no decorrer desse processo todo.  
167 Vamos supor: a CTOC não ter sido consultada, e aí a gente fecharia, pavimentaria realmente esse processo, sem deixar dúvidas e  
168 referendar o que já está sendo feito! Mas eu acho que tem de passar, justamente, pelo CRH. E já que o CRH está com dificuldade  
169 de se reunir por causa do Carnaval, a CTOC poderia se reunir – não sei, o Coordenador está aqui, mas eu acho que poderia se  
170 reunir entre janeiro e fevereiro, conversar com os conselheiros que quiserem opinar e fazer essa – não digo revisão, mas referendar  
171 o que já foi feito, para se precisar algum ajuste, etc." **Suzana Montenegro (Presidente da APAC):** "Bom dia! Eu gostaria só de  
172 lembrar que esse Conselho decidiu que essa etapa estaria vencida, que o detalhamento ainda iria passar pela CTOC e pelo CRH  
173 em uma outra fase! E lembrar também que essa discussão ela já foi feita – foi feita uma apresentação na CTOC, do Estudo de  
174 Cobrança, então passou pela CTOC – não é que não tenha passado! Então, só reforçando aqui o que a Secretaria disse, eu acho  
175 que não temos mais que voltar para uma discussão do que já foi votado por este Conselho! Acho que o passo é o seguinte! E aí  
176 passa por todas as instâncias: a CTOC, a CTALI e o CRH!" **Jorge Fieza (da Associação Fazenda Fieza):** "Só um adendozinho,  
177 bem rápido! Eu entendi que era bom se discutir com a ARPE, com outras entidades ou algo assim, e a CTOC talvez seja uma  
178 oportunidade de convidar esse pessoal, para aproveitar essa oportunidade de articulação com outros agentes externos, é só para  
179 aproveitar a oportunidade!" **Fernandha Batista:** "A gente entende que a fase seguinte, na verdade, ela vai ser bem mais trabalhosa  
180 do que essa que passou! Essa fase que passou dá um apanhado geral da implementação da Cobrança, mas a etapa seguinte, do  
181 detalhamento: de como que isso vai ser efetivado em cada bacia? Como que vão ser os Preços Únicos? Se tem ou não, algum tipo  
182 de, digamos que, o tratamento diferente por setor – ou tarifa, ou desconto? Isso tudo vai ser discutido nessa próxima etapa que,  
183 pelo menos na minha visão, vai ser bem mais trabalhosa do que a primeira! E que aí a gente tem que, realmente, perpassar por  
184 todas essas discussões! A discussão da ARPE e a Secretaria, é porque é o órgão regulador do Estado – então é por obrigação  
185 mesmo, da Secretaria levar o tema – não só para o tema voltado para a Cobrança em si, mas a gente também faz reuniões em  
186 relação a todas as concessões que existem no Estado, a questão tarifária da Compesa, por exemplo. Então, esse tema da ARPE é  
187 um dos pontos que a gente vai precisar esclarecer, mas essa etapa das definições, da operação, da implementação da Cobrança de  
188 fato, vai ser um grande trabalho e é o passo seguinte – como disse a nossa Presidente da APAC – é o passo seguinte! É mais  
189 trabalhoso e vai nos trazer aí, de fato, toda essa necessidade de detalhamento de como é que a implementação vai ocorrer, e que  
190 será, claro, discutido em cada câmara, nos COBHs e no CRH." **Herbert Tejo (do COBH-GL1 Metropolitano Norte):** "Bom dia!  
191 Infelizmente não pude estar presente na última reunião, pois acho que foi bastante interessante, mas foi por uma questão de saúde.  
192 Minha questão, até para um nível, agora, de entendimento, porque para mim não ficou muito claro. Estou entendendo que na  
193 reunião anterior foi aprovada a minuta que a APAC preparou para o Projeto de Lei – e é isso mesmo? É isso! Certo! Então, uma vez  
194 aprovada, há um requerimento principalmente dos grandes usuários, de esclarecimento, mas não há mais possibilidade de alterar o  
195 texto da minuta – correto? Porque assim, só para complementar a minha fala, porque se só for esclarecimento – e a gente está  
196 falando de algo que já está fechado e decidir, tudo bem! Agora, se vai ser encaminhado em fevereiro, e nessa fase de  
197 esclarecimento, houver qualquer possibilidade de mudança, aí é um cenário diferente!" **Fernandha Batista:** "Não, lhe respondendo:  
198 esse cenário de modificação, na verdade, é o que eu comentei antes, a gente nem conseguia fazer tão rápido! A ideia é mesmo  
199 esclarecer, dialogar, tratar da importância, da justificativa do Projeto de Lei que será encaminhado em fevereiro – isso foi o que os  
200 setores solicitaram! Porque, na verdade, depois disso ser encaminhado, tramitado, aprovado, à nível da ALEPE, a gente vai ter todo  
201 o trabalho de definição, de como que isso vai ser implementado! A Lei entra como a possibilidade legal, claro, a permissão de a  
202 gente implementar, mas para a implementação isso vai ser discutido à nível de COBH, de câmaras técnicas e aprovação, claro, no  
203 Conselho." **Herbert Tejo (do COBH-GL1 Metropolitano Norte):** "Ok! Esclarecido, obrigado!" **Simone Rosa:** "Eu queria fazer um  
204 comentário só para complementar aqui, que é o seguinte: a gente tem que lembrar e eu queria refrescar, um pouquinho, a memória  
205 aqui, de que a nossa Política Estadual, a Lei 12.984, exige que para a gente implementar a Cobrança, a gente tem que ter uma Lei  
206 Específica, então eu acho que a gente deu um grande passo – esse Conselho, o nosso Estado, quando a gente conseguiu passar  
207 na Plenária desse Conselho esse texto do Projeto de Lei! Então, a colocação de **Suzana** também foi nesse sentido de que isso é  
208 muito importante, porque o texto vai ser aprovado exatamente como está? Provavelmente não! Isso vai para a ALEPE e vai seguir  
209 os caminhos! O Conselho é opinativo! Então, foi aprovado por esse Conselho e é claro que se busca, se pretende que siga dessa  
210 forma, que se respeite o que foi aprovado aqui no Conselho, mas a gente não tem essa garantia por Lei. Então, eu acho que esse  
211 grande passo foi dado e o Conselho aprovou de uma forma ampla, abrangente! Então eu acho que as modificações, os detalhes, a  
212 regulamentação – que é o que vai dar muito trabalho, vai ser um 'trabalho de formiguinha', e aí a CTOC vai ter um papel importante,  
213 tanto que talvez seja até reestruturada aí, vamos ver como é que vai ficar! Então, esse papel vai ser muito importante, mas a gente  
214 precisa seguir adiante com o que foi aprovado – embora não tenha sido encaminhado o Projeto de Lei com o Título I e o Título II  
215 aprovado – o Título I seguiu e o Título II nada mudou – ele segue com o texto que foi aprovado aqui nesse Conselho. Então, eu  
216 acho que na minha opinião, a gente respeita o que foi aprovado aqui na Plenária do Conselho – mesmo que seja desmembrado,  
217 isso segue, e a gente vai trabalhar na regulamentação – e aí sim, arregançando as mangas com a CTOC e com todas as câmaras  
218 técnicas e vamos ter uma ampla discussão do detalhamento e regulamentação dessa Lei!" **Ricardo Braga (da ANE):** "Simone,  
219 você disse tudo aquilo que eu iria dizer, **Simone**! É porque é bem claro! Na realidade, o Conselho já cumpriu o seu papel. O que  
220 tem agora é: o Governo do Estado trabalhar para convencer, para esclarecer, evitando que os setores de pressão, estabeleçam  
221 pressão sobre a Assembleia Legislativa e modifiquem o que a gente aprovou! Então, primeiro, o nosso papel já está cumprido!  
222 Agora, em relação à CTOC – que eu acho muito legítima a preocupação desde a reunião passada, de certa forma, mas já houve

223 discussão lá, mas é que eles vão ter trabalho a partir de agora, porque toda a discussão de Outorga e Cobrança, no detalhamento,  
224 vai ser na CTOC! Então, podem ficar tranquilos porque trabalho vem!" **Simone Rosa**: "Obrigada, **Ricardo**, pelos esclarecimentos!  
225 Se não houver mais nenhum questionamento, mais nenhum comentário em relação a esse ponto, a gente pode prosseguir com a  
226 pauta." **José Carlos Queiroga (da FIEPE-CTOC e CTALI)**: "Estou ouvindo coisas a respeito da participação da CTOC. Ontem  
227 tivemos uma reunião onde esse tema foi colocado e todo mundo ficou um pouco preocupado porque a CTOC não tem um corpo  
228 técnico, digamos assim, muito especializado! São pessoas representativas de diversos setores, que nem setores, têm a  
229 profundidade de percepção do que o corpo técnico das entidades do Sistema de Recursos Hídricos do Estado possui. Então, de  
230 repente, estou ouvindo que a CTOC vai ser a 'dona da bola' e que vai definir tudo! Primeiro, não existe pessoal disponível para isso,  
231 não existe ninguém disponível. Se estão previstas 03 (três) reuniões ordinárias para o ano e alguma reunião extraordinária para  
232 resolver alguma coisa, mas esse volume de serviço tem que ser feito pelos setores que atuam na área e a CTOC pode participar  
233 como uma conselheira – como é sua função, mas não para produzir os resultados que eu estou entendendo que estão sendo  
234 pensados em jogar para a CTOC- essa é que é a questão, porque a CTOC não tem estrutura para isso, já que não existe uma  
235 estrutura permanente – existem pessoas que se reúnem para reuniões! Então, essa coisa de CTOC resolver os problemas de  
236 definição, não tem como! Eu acho que é impossível jogar essa carga para a CTOC e querer que ela produzida resultados! Não  
237 existe a CTOC como entidade operacional – ela tem reuniões, mas é uma conselheira como é a CTALI, como é a Câmara Técnica  
238 de Águas Subterrâneas (CTAS) e mais a Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos (CTPPP). Então, é preciso um certo  
239 cuidado, digamos assim, não é que a gente tivesse preocupado em não ter trabalho, é que a gente não estava sendo consultado  
240 para absolutamente nada – essa é que era a questão! Tudo passou ao largo como a CTOC dando aval a tudo aquilo que aconteceu  
241 e não quer dizer que não seja contra, mas acontece que a CTOC já estava sem função, e consideramos a possibilidade real de  
242 pedir a descontinuidade dessa câmara. Então, essa é a colocação da CTOC! Outra pergunta: aquela Lei, desde seu início, teve  
243 dificuldades. Na reunião que tivemos pela CTALI, e **Simone** foi a Coordenadora." **Simone Rosa**: "Conselheiro eu gostaria que você  
244 fizesse suas colocações o mais objetivamente possível." **José Carlos Queiroga (da FIEPE-CTOC e CTALI)**: "Eu quero perguntar  
245 sobre essa coisa que aconteceu com aquela Lei: lá naquela reunião da CTALI foi proposta a separação das duas fases em Título I e  
246 em Título II, mas ela seguiu inteira e até nós cancelamos o período da tarde em que havia para discutir naquela reunião – e não  
247 houve essa parte da tarde, e a coisa avançou! Chegando aqui no CRH foi decidido fazer a coisa num lote só e, pelo que soubemos,  
248 foi aprovada apenas a parte do Título I e a parte correspondente à Cobrança de Outorga do Estado foi descartada! Então, teria  
249 ficado somente a parte correspondente ao Título I, que era do PISF! Então, a pergunta que eu faço a seguinte: O Título II continua  
250 válido ou foi descartado?" **Simone Rosa**: "Sim! O Título II continua válido, porque não houve nenhuma alteração. Ele só não foi  
251 encaminhado conjuntamente, inclusive, na discussão da reunião anterior isso foi colocado, que poderia ser encaminhado dois  
252 projetos separados ou um projeto único. Então, o que aconteceu é que foi cortado, foi quebrado digamos assim e foi encaminhado o  
253 Título I e não foi encaminhado o Título II, mas não houve nenhuma alteração, e nada foi alterado! Eu queria só combinar uma coisa  
254 aqui, porque a gente vai precisar limitar o tempo dos conselheiros porque senão a gente não vai conseguir andar com a pauta. E  
255 respondendo ao outro questionamento, eu queria colocar que a intensão, em nenhum momento se pensou em colocar um trabalho  
256 que não fosse possível que a CTOC não pudesse realizar! Então, aqui nós entendemos perfeitamente o funcionamento do  
257 Conselho, então a gente vai levar a matéria que for pertinente, mas evidentemente não será a câmara técnica que vai fazer a  
258 regulamentação! Isso vai ser trabalhado pelo Setor Jurídico da Secretaria Executiva de Recursos Hídricos (SERH) e da APAC.  
259 Então, a câmara discute, opina, delibera, mas ela não faz o Projeto de Lei! Então é só para deixar isso claro, e aí eu pergunto se  
260 podemos passar para o próximo ponto? Ontem nós tivemos uma reunião da CTOC e não sei se tem aqui mais algum membro –  
261 temos **Queiroga**, temos o conselheiro **Jorge Fieza**, a conselheira **Yoná Rameh**, o conselheiro **João Pessoa**. A Coordenação da  
262 CTOC mudou ontem, **Jorge Fieza** assumiu como Coordenador da CTOC – parabéns conselheiro! Então assim, não está previsto  
263 como ponto de pauta, mas no próximo ponto – que a gente vai tratar de algumas resoluções, inclusive com reestruturação da  
264 CTALI, se for o caso, a gente pode pensar, se houver alguma proposta, e fazer a reestruturação da CTOC. Estou só abrindo essa  
265 possibilidade, não estou dizendo que é necessário, que precisa, e nem estou dizendo que precisa. Estou apenas abrindo o espaço  
266 para que seja feita uma avaliação e a gente possa incluir isso na pauta – já que essa câmara, realmente, vai ser bastante atuante  
267 daqui para frente! Podemos passar então para o nosso próximo ponto de pauta? No nosso próximo ponto, temos na verdade, um  
268 ponto amplo, que são os recursos hídricos aqui no Estado, e aí estão alguns pontos, inclusive nós temos um ponto que não está  
269 previsto aqui, que é um ponto muito rápido, e aí eu pediria licença aos conselheiros para eu não deixar esse ponto lá para 'Outros  
270 Assuntos', que é sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) – que na verdade não é nenhuma deliberação, é apenas um  
271 informe e nós temos hoje aqui **Antônio Eduardo Lanna**, por favor Dr. **Lanna** se identifique – ele é o Consultor e está conduzindo o  
272 Estudo de Atualização do PERH, que ora está em curso. Então, se não houver nenhuma objeção, como o professor **Lanna** vai  
273 precisar viajar, ir para o aeroporto diretamente daqui da reunião, então é um tempo meio reduzido – se não houver nenhuma  
274 objeção, eu coloco aqui que o professor **Lanna** faça aqui uma rápida exposição, um chamado aqui aos usuários e a participação  
275 dos conselheiros dos setores representantes. Na verdade, não é dos conselheiros especificamente, mas de quem os conselheiros  
276 representam do segmento dos usuários, e para que vocês possam levar esse 'recado' para cada uma das suas representações.  
277 Então, professor **Lanna**, por favor!" **Eduardo Lanna (Consultor do Consórcio Sigma-Profill)**: "Eu agradeço abrirem esse espaço,  
278 vai ser um recado rápido! Nós estamos iniciando a elaboração dessa Atualização do PERH, aqui eu represento o Consórcio que  
279 venceu a Licitação, e que é formado por duas empresas de Porto Alegre – Rio Grande do Sul, mas que apesar de estarmos distante

280 geograficamente nós estamos muito presentes neste Estado. Essa discussão que antecipou essa pauta, sobre Cobrança Pelo Uso  
281 da Água foi resultado, uma das contribuições foi o Estudo de Cobrança, que foi contratado a uma empresa de Alagoas e eu  
282 coordenei esse estudo e já estou há mais de anos, assiduamente, aqui em Recife, apresentando resultados daquele Estudo de  
283 Cobrança. A outra empresa, que é a PROFILL, também de Porto Alegre, está nesse momento fazendo o estudo, o Atlas de  
284 Abastecimento Urbano de Águas do Brasil inteiro, mas em consórcio com uma empresa pernambucana – a TPF Engenharia, que é  
285 bem conhecida! Portanto, são empresas, a minha que faz parte do consórcio, que é a PROFILL que tem uma presença bastante  
286 atuante aqui no Estado. Nós do Rio Grande do Sul somos também, quase todos de alguma forma, viemos do mesmo ninho que a  
287 Dra. **Simone** veio – ela que foi formada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e fez Mestrado no Instituto de Pesquisas  
288 Hidráulicas, onde eu fui professor, e também a maior parte dos integrantes vieram dessa mesma 'fábrica' de especialistas. Portanto,  
289 estamos muito felizes em estarmos atuando nesse Estado, especialmente numa atividade tão importante quanto a atualização  
290 desse plano. Nós concebemos um Plano Estadual de Recursos Hídricos como um acordo social e político em torno do  
291 desenvolvimento sustentável do Estado, baseado no insumo água. Como um acordo social e político, nessa fase, nós estamos  
292 procurando organizar uma base de interlocução com a sociedade e com o meio político de Pernambuco para levar adiante as  
293 diversas fases desse plano – e é sobre isso que eu quero comentar! O próprio Conselho Estadual de Recursos Hídricos criou a  
294 CTPPP, que a gente tem chamado de CT3Ps – para não ficar repetindo o 'P' várias vezes - a Câmara Técnica de Planos,  
295 Programas e Projetos, e essa câmara tem no seu seio, ela virá acompanhar esse plano e já tem, entre os seus integrantes, uma  
296 representatividade bastante importante do meio político, mais executivo, e também do meio social. Eu vou ler aqui os  
297 representantes – talvez os Senhores já saibam, mas seria bom destacá-los: a Secretaria de Desenvolvimento Agrária (SDA), a  
298 Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade  
299 (SEMAS), a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Prefeitura do Recife (SMAS-PCR), a FAEPE, a FIEPE, o  
300 Sindaçúcar – representando, então, os usuários de água e representando as associações científicas, técnicas, temos: a ABAS, a  
301 ABRH, a Associação dos Geólogos de Pernambuco (AGP) e a Associação Nordestino-Brasileira de Engenheiros de Minas  
302 (ANBEM). Temos também a Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE) e ainda a representação dos Comitês de Bacias  
303 Hidrográficas (COBHs) – então são 13 (treze) entidades que estão representadas nessa câmara técnica. O Coordenador da CTPPP  
304 está aqui presente, o Dr. **Élcio Barros**. Nós também tivemos, embora a própria FAEPE e FIEPE estejam representadas nessa  
305 CT3Ps, também estamos tentando nos aproximar da FAEPE, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de  
306 Pernambuco (FETAPE) – que não está presente dessa câmara, da FIEPE, da Compesa – que a também não está presente, para  
307 sugerir a essas entidades que criem um corpo técnico de acompanhamento desse plano, com o qual nós possamos ter uma  
308 interação, porque existirão diversos momentos que nós precisaremos de interagir com o corpo técnico do setor – embora, em parte,  
309 eles estejam presentes na câmara técnica. Fizemos uma reunião, fomos bem atendidos na nossa demanda, e esperamos que isso  
310 seja criado – um corpo técnico que acompanhe. Ontem, na reunião que estive do COBH-Ipojuca, eu sugeri que o Fórum de Comitês  
311 de Bacias Hidrográficas (FECOBH-PE), e parece que o Presidente está por aqui, também crie um corpo técnico para  
312 acompanhamento desse plano. Nós fazemos questão e queremos que sejamos, tanto convocados quanto também, em  
313 determinados momentos, iremos solicitar uma reunião específica com cada um desses grupos para expormos as estratégias, as  
314 questões que sejam apresentadas, para que possamos então levar adiante! Estive ontem, também, no IPA, à convite do Dr. **Flávio**  
315 **Duarte**, que prontificou a realizar a mobilização dos municípios, em torno dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural  
316 Sustentável (CMDRSs) para participarem de uma série de eventos que teremos no Interior do Estado, tanto numa primeira fase um  
317 Seminário Preparatório em vamos explicar qual é a estratégia de elaboração do plano, como também nas Oficinas em que  
318 apresentaremos o Diagnóstico, o Prognóstico e o Plano de Ações. Então, nós temos 04 (quatro) rodadas em 06 (seis) cidades do  
319 Estado, cobrindo praticamente todo o seu território, em que apresentaremos tanto a estratégia, quanto depois, seus produtos-  
320 resultados para serem discutidos pela sociedade, que vão nos subsidiarem para melhorias, aprimoramentos e complementações.  
321 Essas cidades já foram escolhidas e já estamos propondo datas para a primeira rodada, que seria o Seminário Preparatório, em que  
322 no dia 03 (três) de fevereiro iniciaremos aqui em Recife, depois iremos para Palmares no dia 04 (quatro), em Caruaru no dia 05  
323 (cinco) – tem o fim-de-semana, no dia 11 (onze) retomaremos em Serra Talhada, no dia 12 (doze) estaremos em Ouricuri e  
324 terminaremos em Petrolina no dia 13 (treze) de fevereiro. Então, é apenas esse informe que eu dou, enfatizando esse desejo de que  
325 haja uma participação importante, para que esse acordo social e político aqui, em torno do qual sairá esse Plano Estadual, ele  
326 possa ser concretizado! Muito obrigado! Agradeço aí o espaço que me foi dado!" **Simone Rosa**: "Muito obrigada, então, professor  
327 **Lanna**, e aí enfatizando a importância desse Estudo de Atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco  
328 (PERH-PE) – é tão importante, pois o nosso primeiro Plano Estadual é de 1998, e nós finalmente, conseguimos levar adiante esse  
329 estudo de atualização, que vai trazer resultados importantes para o estado – de diagnósticos, de prognósticos, de ações que  
330 futuramente deverão ser implementadas!" **Paulo André (da Associação Fazenda Fieza)**: "Professor, achei muito bem feita a sua  
331 explanação e eu só queria lembrar, e eu sei que está dentro dos seus conceitos, a importância dos rios intermitentes para que o  
332 Senhor preste muita atenção aos famosos 'rios secos'! Com essas alterações climáticas, o 'rio seco' também está aparecendo até  
333 no Rio Grande do Sul. Então é muito importante que nesse plano plurianual seja dada uma atenção especial neles. Nós temos lá em  
334 Santa Cruz do Capibaribe e em Toritama, na região do Polo de Confecções, uma grande escassez hídrica decorrente desse 'mau-  
335 olhado' para os rios intermitentes e seus usos. Então, se o Senhor puder dar uma maior atenção agradeceremos, e eu tentarei ir nas  
336 audiências para ver se a gente reforça essa posição! Um velho parente meu, na época dele isso era verdade, **Apolônio Sales**, que



337 chegou a ser Ministro, dizia que Pernambuco é uma Fazenda de 60 por 200 Km (sessenta por duzentos quilômetros), ou seja, era  
338 totalmente esquecido das Serras das Russas em diante, mas eu acho que isso não é mais a realidade, pois hoje em dia eu chego  
339 em Petrolina com sua produção de frutas e temos diversas áreas no Estado que estão bem desenvolvidas, mas que carece ainda  
340 de muita visão para essa questão dos rios intermitentes! Muito obrigado!" **Simone Rosa:** "Foi uma importante colocação aí do  
341 conselheiro! Bem, então vamos passar para o nosso próximo ponto de pauta, que é sobre a Resolução CRH nº 05/2019, que dispõe  
342 sobre a Reestruturação da CTALI e quem vai apresentar essa proposta de reestruturação será nossa advogada **Sandra Ferraz**, do  
343 corpo da SERH, e já adiantando para vocês, não sei se **Sandra** vai chamar a atenção para esse detalhe de que nós temos buscado  
344 nos espelhar, o nosso CRH, no funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) – como bem colocou, no início  
345 da reunião, nossa Secretária **Fernandha**. Então, nós temos buscado seguir os procedimentos e aí, nesse sentido, **Sandra** foi  
346 buscar como é a estruturação da CTIL – que é a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais do CNRH. Então, muitos  
347 pontos que ela vai apresentar aqui e ela vai chamar a atenção para vocês, que pode parecer novidade, mas são pontos que a gente  
348 já buscou ver como funcionava na esfera do Governo Federal. Então, **Sandra**, por favor." **Sandra Ferraz (da SERH):** "O porquê  
349 dessa proposta de reestruturação da CTALI: parece que já há algum tempo vocês sentiam a necessidade dessa reestruturação, em  
350 especial, pelo número reduzido de membros que estavam integrando aquela câmara. Tem alguém da CTALI aqui? **Ricardo Braga:**  
351 Então, se vocês entenderem importante, podem fazer intervenção, pois eu vou fazer uma apresentação dessa minuta de resolução,  
352 que objetiva a reestruturação dessa câmara técnica e aí, na apresentação, tem a Fundamentação Legal, os 'Considerandos' é a  
353 Resolução CRH nº 01 do dia 09 (nove) de fevereiro de 2003, que naquela oportunidade instituiu a essa câmara técnica; o artigo 29  
354 do Regimento Interno do CRH, que foi alterado pela Resolução CRH nº 15/2015, que dispõe que: 'As câmaras técnicas são órgãos  
355 de assessoramento do Plenário e terão caráter permanente, constituídas no mínimo de 06 (seis) e no máximo 14 (quatorze)  
356 membros' – a CTALI atualmente conta com apenas 06 (seis) membros. **Gizélia** está me alertando que vocês já receberam, mas  
357 estou lendo de forma meio que passando uma rápida vista e 'considerando a deliberação do Plenário' – que seria o de hoje, resolve:  
358 'Art. 1º - Reestruturar a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTALI, de caráter permanente'. E aí vem a questão  
359 das competências – vocês entendem que é importante destacar esses aspectos? Nós pegamos os modelos de Minas Gerais, do  
360 CNRH e inserimos dentre as competências, porque existia uma dificuldade, que a CTALI muitas vezes estava revendo questões  
361 técnicas, e aí eu acho que **Simone** tem essa preocupação – não é que seja uma supra câmara em cima das outras câmaras, mas a  
362 gente vai ter que ver essa questão. 'Das competências: I - acompanhar e emitir parecer sobre proposta de Legislação, normas e  
363 procedimentos de recursos hídricos; II - examinar a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa; III - devolver a matéria à  
364 Câmara Técnica competente, com recomendações de modificação e ajustes, se natureza técnica' – que isso seja, na prática,  
365 realizado! Porque o que ocorria – pelo menos foi isso que nos foi relatado, é que muitas ações das Câmaras Técnicas de Águas  
366 Subterrâneas ou de Outorga, ou seja, chegava na câmara técnica e tinha assuntos técnicos que eram revistos, e aí as outras  
367 câmaras ficavam meio que assim, a de Assuntos Legais, muitas vezes, passava direto para o Conselho – então essas questões  
368 acho que precisam ser revistas." **Simone Rosa:** "Olhem, eu queria lembrar que na última reunião, quando a gente colocou essa  
369 questão, e até eu comentei com muita naturalidade, de que os assuntos relativos à normas deveriam, todos, passar pela CTALI, e  
370 falei isso de uma forma espontânea porque é como acontece no CNRH! E eu lembro que houve até uma manifestação do professor  
371 **Waldir**, que é Coordenador da CTAS, então eu queria só fazer um esclarecimento de que, como **Sandra** também já bem colocou,  
372 não é que a CTALI vá ser uma supercâmara e vá dar veredito final em tudo – não, ela não vai ter o poder de mexer no conteúdo,  
373 de alterar conteúdo. Se por exemplo, vier um assunto da CTAS, que já foi definida pelos técnicos, não é a CTALI que vai mudar a  
374 profundidade de um poço, ou de algum detalhe técnico – é apenas para dar um ajuste jurídico! Então, esse texto que Sandra  
375 apresentou e construiu à luz de várias outras resoluções de outras CTALIs – como ela colocou, é para colocar nas competências da  
376 câmara, para tentar dar esse foco, essa restrição." **Sandra Ferraz (da SERH):** "Deixa eu só esclarecer! Esta resolução não é  
377 proposta de **Sandra**! A primeira construção é nossa, mas passou pelo Plenário da própria CTALI, e aí **Queiroga**, inclusive, fez  
378 sugestões, ou seja, não é um projeto de **Sandra**." **Simone Rosa:** "Exato, ficou esclarecido! O que eu quis colocar é que não só na  
379 CTALI, apesar da SEINFRA e a SERH não ter assento – nós não temos uma pessoa da Secretaria que seja membro, mas a gente  
380 dá todo o suporte! E **Sandra**, como advogada, tem feito esse papel muito bem – ela não tem assento, mas tem dado o suporte e a  
381 discussão é plena e soberana da câmara!" **Sandra Ferraz (da SERH):** "É extra câmara e quando solicitam, o professor **Waldir**, o  
382 próprio **Jorge Fieza** registrou a importância de a gente estar junto e **Simone** também tem colocado a gente nessa disposição."  
383 **Paulo André (da Associação Fazenda Fieza):** "Seria interessante, dentro do que **Simone** falou e **Sandra** está falando, ter sempre  
384 uma pessoa da Área Jurídica da APAC nas reuniões – poderia já colocar aí que teria sempre uma pessoa da Área Jurídica para dar  
385 esse assessoramento. Eu acho que seria bem interessante que já estivesse nessa estruturação essa participação." **Waldir Costa**  
386 (**da UNIECO e CTAS**): "Eu também já manifestei o meu desacordo da câmara técnica em submeter resoluções, que às vezes,  
387 demandam 08 (oito) ou 10 (dez) sessões para ser decidida e depois passar para a CTALI, que além de só se reunir uma vez por  
388 mês, ela nem sempre tem condições de fazer apreciação de determinados assuntos. Se a questão é legal, que se encaminhe a um  
389 setor jurídico do CRH ou da APAC para definir essa questão legal, porque que me conste a CTALI também não é formada de  
390 advogados, então eu não vejo porque essa câmara técnica vá rever as resoluções, que são sempre muitas, todo ano tem pelo  
391 menos 03 (três) resoluções feitas pela CTAS – nesse ano já teve duas. Então, não vejo porque passar pela CTALI para resolver  
392 essas questões." **Ricardo Braga (da ANE):** "Como todo mundo recebeu esse documento, e além das informações já dadas pela  
393 **Sandra**, esse ponto, esse inciso III do artigo 2º, que o professor **Waldir** está se referindo, está enfatizando a preocupação dele – da



394 vez passada ele ficou indignado! Mas **Waldir**, eu acho que esse inciso, ele atende! Veja: '*devolver a matéria à câmara técnica*  
395 *competente*', com talvez, não recomendações, mas '*com sugestões de modificação e ajustes, se natureza técnica, ou convidar*  
396 *representante da respectiva Câmara Técnica para esclarecimentos técnicos.*' Isso aí significa respeito às outras câmaras técnicas.  
397 Agora, como o **Waldir** coloca, aí nem precisaria existir a CTALI, porque ela vai sempre se debruçar sobre questões de assuntos  
398 legais e institucionais, e isso é fundamental para poder seguir para a Plenária. Então, ela não é sensora, ela não é modificadora de  
399 instâncias técnicas específicas na área de recursos hídricos, mas é uma equacionadora da forma, inclusive, jurídica – não só  
400 jurídica, mas da forma como um todo – da escrita. Então, é muito importante que a CTALI – aliás a CTALI nesses últimos dois anos  
401 deu show de contribuição! Então, eu que guardando e respeitando as atribuições de cada uma, não há conflito." **Sandra Ferraz (da**  
402 **SERH):** "É, tivemos essa preocupação porque o objetivo aqui é aperfeiçoar! A preocupação de **Waldir** pela CTALI não ser formada  
403 por advogados, agora quando **Simone** fizer o convite para indicação dos representantes, ela deve registrar às entidades, que  
404 preferencialmente indiquem pessoas da área jurídica, mas a gente não tem esse poder de dizer que indique 'a' ou indique 'b'!"  
405 **Ricardo Braga (da ANE):** "**Simone** deixa eu continuar a falar, senão você vai dizer o que iria dizer! A gente pensa muito parecido,  
406 não é **Simone**? Eu fiz um levantamento a partir da ATA de agosto, a ATA regular, a CTALI naquele momento que você encaminhou  
407 ela tinha 08 (oito) membros e já houve deserções, mas naquele momento, oficialmente, 08 (oito) membros; a CTAS 11 (onze)  
408 membros; a CTOC 09 (nove) membros. Então, tem muito membro aqui e que, inclusive, várias entidades da CTALI fazem parte da  
409 CTAS. O próprio professor **Waldir** faz parte das duas! Ah, Fazia! Porque até recentemente ele era onipresente – ele estava sempre  
410 em todas as câmaras porque tem contribuições muito significativas a dar. A ANE, por exemplo, faz parte das duas câmaras. Então,  
411 eu acredito que essa questão pudesse ser solucionada com o respeito das câmaras técnicas entre si. Mas eu já queria entrar num  
412 outro ponto: '*artigo 3º - a câmara técnica será integrada por 'tantas' entidades, devidamente escolhidas pelo Plenário do Conselho,*  
413 *sendo'* – e aí tem dois pontos: primeiro, se elas são devidamente escolhidas pelo Plenário do CRH, não tem que especificar quais  
414 são. Então, '*sendo'*: não! Hoje são essas, mas no Conselho, numa decisão de Plenária é quem resolve, e até modifica, para dar  
415 mais agilidade e evitar novas resoluções. A outra coisa é em relação ao número, '*integrada por 'x' entidades*' – a gente tem o  
416 mínimo e o máximo, então deveria permanecer o mínimo e o máximo: o mínimo são 06 (seis) e o máximo 14 (quatorze) – acho que  
417 está bom, seis é o mínimo e o máximo quatorze, porque atende a uma regra que não deveria ser só da CTALI, mas de todas as  
418 câmaras. Então, são essas duas observações que eu queria fazer." **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE):** "Deixa eu dar um  
419 toque! Anteontem tivemos uma reunião que tratamos, mais ou menos, dentro desse aspecto que está sendo falado, quando fomos  
420 consultado a respeito da outorga de uma vazão para uma renovação de solicitação. Então, fomos instados a se pronunciar sobre  
421 isso – não sobre a parte técnica propriamente, mas sobre como a coisa poderia avançar. E solicitamos a presença de técnicos da  
422 APAC, da área de **Crystianne** e foi a Dra. **Isabel**, porque acharam que era tinha assuntos que não era possível a gente tomar  
423 decisões isoladamente. Foi uma reunião muito produtiva, mas foi sobre aspectos – não da parte técnica em si, mas da parte da  
424 interpretação da Legislação que tratava daquela tema específico, e terminamos com a conclusão, que de certa forma – está aqui o  
425 processo – eu vou passar para **Assis Queiroga**, para ele dar um examinada na minuta da nossa conclusão e que, de certa forma,  
426 desfaz o conceito que tinha sido adotado na negativa à vazão da outorga. Então, era o aspecto apenas de uma leitura da  
427 Legislação, especificamente para aquele caso. Então, a CTALI não pretende ser técnica, embora eu seja um técnico, mas a CTALI  
428 não é técnica, não é um colegiado que vai discutir parâmetros, profundidade, qualidade de água, ou qualquer outra coisa que seja  
429 de ordem técnica! Vai discutir, deliberar sobre assuntos que tenham implicações de outra ordem – principalmente de ordem legal e  
430 institucional – essa é a nossa posição, nós não somos técnicos, somos apenas examinadores!" **Simone Rosa:** "Ok, muito obrigada  
431 **Queiroga!** Eu peço aos Conselheiros que quando se manifestarem, procurarem ser o mais objetivo possível para agente poder  
432 atender a nossa pauta em tempo." **Sandra Ferraz (da SERH):** "Então, como **Ricardo** falou, aqui é uma minuta de resolução e 'está  
433 sugerindo'! E aí **Simone**, a gente colocou aqui quem já está hoje – em respeito às entidades que já tinham assento, mas precisa  
434 ratificar, ou retificar, essas entidades, e a oportunidade é agora!" **Simone Rosa:** "Gostaria de fazer apenas um registro de que a  
435 própria representante do DNOCS – infelizmente ela não está presente, **Kátia Távora**, ela já tinha pedido a retirada da  
436 representação do DNOCS dessa câmara técnica e isso é uma situação muito delicada porque nós ficaríamos apenas com 05 (cinco)  
437 membros, e aí pelo Regimento, a câmara não poderia funcionar! Então, o ideal é que a gente tenha – não vou dizer um número  
438 ideal, mas o número mínimo que é 06 (seis), é pouco! Porque se uma das instituições sair, ou for excluída por excesso de faltas, a  
439 câmara ficará impedida de trabalhar! Então, eu acho que a gente precisaria ter, pelo menos, uns 08 (oito) membros! O que precisa é  
440 que cada instituição, que está sendo aqui representada pelos conselheiros, pensar e decidir é: primeiro, se for continuar o mesmo  
441 representante que participe de várias câmaras técnicas, tem que ter muito fôlego e muita disponibilidade para participar! Eu chamo a  
442 atenção para o seguinte: a gente tem uma entidade que está sendo representada aqui, por exemplo a ABAS, então, não  
443 necessariamente o conselheiro tem que participar da câmara técnica! Não, o conselheiro que está representando a ABAS, a ANE, o  
444 conselheiro indica, e pode indicar, inclusive, representantes diferentes. Por exemplo, a ANE ou a ABAS. Então poderá dizer, por  
445 exemplo, a ABAS quer participar das 03 (três) câmaras técnicas – como representação, como entidade! E aí para a câmara 'A' vai  
446 ser 'Fulano', para a câmara 'B' vai ser 'Sicrano', etc. É bom isso ficar bem claro, porque não necessariamente o conselheiro pode  
447 ser o representante, um membro da câmara técnica – se quiser, se tiver disponibilidade, mas ele pode dizer: 'não, a FIEPE tem  
448 interesse de participar das três câmaras! E aí indica os representantes (um titular e um suplente) para cada uma delas. Eu só queria  
449 deixar bem claro, para que as instituições que tenham interesse nas câmaras técnicas se candidatem, mas que elas indiquem  
450 representantes que tenham a disponibilidade de participar, e que a gente consiga com isso, oxigenar, fazer de fato o funcionamento

451 e o bom andamento dos trabalhos nas câmaras técnicas. Eu sei que o que eu coloquei aqui é fato e todos já sabiam, mas só para  
452 relembrar." **João Pessoa (da FAEPE):** "Eu queria voltar ao ponto que **Ricardo Braga** e que é a preocupação do professor **Waldir**.  
453 Se lermos direitinho, o artigo 2º, inciso III: '*devolver a matéria à câmara técnica competente, com recomendações de modificação e*  
454 *ajustes, se natureza técnica*' – o que quer dizer isso: 'se natureza técnica'? Ou seja, a CTALI vai recomendar modificações técnicas,  
455 ou não? 'Se natureza técnica' eu não entendo! Inclusive não acho que é boa técnica de Legislação ter um 'se'! Então, aí fica dúvida!  
456 Realmente, você vai responder tecnicamente, vai modificar tecnicamente, enfim." **Fernandha Batista:** "Sandra, complementando a  
457 fala dos conselheiros, talvez bastasse uma reorganização desse item. Poderia ser: '*devolver a matéria à câmara técnica*  
458 *competente, com sugestões*' – como colocou o conselheiro professor **Ricardo**, que ficaria: '*devolver a matéria à câmara técnica*  
459 *competente, com sugestões e ajustes, ou convidar representante da respectiva câmara técnica para esclarecimento*'. " **Ricardo**  
460 **Braga (da ANE):** "Em relação ao que **João Pessoa** está colocando sobre 'se técnicos' – pode acontecer 'se técnicos', porque a  
461 câmara técnica vai verificar se a Legislação Federal – se houver um conflito entre a Federal e a Estadual, particularmente, até  
462 mesmo a Lei Estadual, um Decreto Estadual, diante do Conselho, que é uma resolução, é cabível CTALI alertar: 'olha, embora  
463 tecnicamente, vocês estejam propondo isso aqui, mas legalmente, a gente não pode' – apesar de o assunto ser técnico! Eu acho  
464 que não há problema nenhum. Agora, não vai desbancar a outra câmara, vai alertar: 'olha, tem problema, então por favor faça essa  
465 adequação, ou então justifique'. Acho que não há muito mistério nisso! Então, para facilitar ao amigo **João Pessoa** aqui, seria:  
466 '*devolver a matéria à câmara técnica competente, com sugestões de modificação e ajustes*' – tira o 'se natureza técnica', porque se  
467 qualquer coisa, aliás, inclusive técnicas – não há dúvidas! É 'se técnicas', é claro também! Quer dizer, se de conteúdo técnico! O  
468 que fica claro é que se mesmo técnico, poderá ser modificado." **Sandra Ferraz (da SERH):** "Gente, deixe eu tentar explicar: se a  
469 CTALI não vai poder fazer ajustes de natureza, de forma, tudo vai voltar? Então diga o conteúdo para ver se eu entendi." **Ricardo**  
470 **Braga (da ANE):** "Só muda se conflitar com os aspectos técnicos e não de forma! Porque a competência de forma é da CTALI. Se  
471 for de forma a competência é da CTALI, agora, se for técnico a competência é da instância técnica! Porém, se essa instância  
472 técnica faz colocações técnicas que conflitem com alguma Legislação é competência da CTALI alertar e devolver – é basicamente  
473 isso, é não deixar passar, é devolver para poderem corrigir! Poderia ser: 'se de natureza técnica' – talvez o que está faltando aqui é  
474 essa preposição 'se de natureza técnica' – pronto! Porque o resto não precisa devolver, só quando for de natureza técnica! Ficaria:  
475 'se de natureza técnica' e 'sugestões' em vez de 'recomendações', tá? Porque não é competência recomendar, e sim, dar sugestão!"  
476 **Paulo André, 'quando de natureza técnica'** – pode ser, não é?" **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE):** "Eu vou voltar ao tema,  
477 eu continuo pensando que natureza técnica tem que ser discutida nas câmaras competentes! Apenas, se houver conflito legal, de  
478 alguma forma, aí sim é que a CTALI poderá participar, e não mexer na seara dos outros." **Ricardo Braga (da ANE):** "Então estamos  
479 pensando exatamente igual!" **Simone Rosa:** "Perfeito! Estamos falando a mesma coisa!" **José Carlos Queiroga (da CTALI-**  
480 **FIEPE):** "Eu acho que sim, porque essa parte de fazer interferência técnica não é função da CTALI, como não é função da CTALI  
481 outras coisas de ordem técnica, que não tem nada a ver com essa câmara." **Simone Rosa:** "Concordamos Queiroga, o  
482 entendimento é esse mesmo!" **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE):** "A CTALI atua se houver uma divergência de ordem  
483 legal, conflitante com alguma Legislação, e só!" **Simone Rosa:** "Perfeito, mas é esse o entendimento de todos aqui! Fechou, então  
484 Sandra? Então a gente pode passar para um ponto importante, que o artigo 3º, que é a composição da CTALI, e a sugestão da  
485 SERH é a seguinte: é que primeiro a gente identifique as entidades! As entidades que tiverem o interesse se manifestem, vou abrir a  
486 palavra." **Ricardo Braga (da ANE):** "As entidades devem se manifestar fora da resolução, porque a resolução é mais fixa, mais  
487 estável." **Simone Rosa:** "Mas em algum local tem que ter uma deliberação, tem que ter documentado quais são as instituições,  
488 porque depois que as instituições tiverem identificadas, elas terão um prazo para dizer qual será seus representantes. Então, por  
489 exemplo, se ANE vai ser uma instituição que terá assento, ela vai ter um prazo para indicar seus representantes." **Ricardo Braga**  
490 **(da ANE):** "São eleitos na Assembleia, simplesmente aqui na Plenária!" **Fernandha Batista:** "Talvez a sugestão seja, de a gente  
491 dar um prazo para todos os conselheiros se manifestarem, em relação ao interesse de participar de cada câmara técnica?" **Ricardo**  
492 **Braga (da ANE):** "E vem como resolução?" **Fernandha Batista:** "É porque é um conflito dizer que o CRH vai decidir, a gente já  
493 coloca aqui, e quem tem interesse entra? Isso é um exemplo! Quem tem o interesse, avise agora! Quem não tiver aqui, bem a pauta  
494 foi recebida por todos! Então vamos, quem tiver interesse, a gente vê se cabe no limite máximo! Mas calma, só temos 14 (quatorze)  
495 vagas!" **Simone Rosa:** "Só um esclarecimento: é uma Reunião Ordinária, então todos receberam com 15 (quinze) dias de  
496 antecedência, então, mesmos os conselheiros que não estão presentes – que o titular e o suplente não puderam estar presentes,  
497 eles poderiam ter se manifestado à Secretaria Executiva do CRH, e a gente poderia trazer aqui para a Plenária. Então, um  
498 conselheiro que não está presente, poderia ter respondido o e-mail e dito: 'não poderemos estar presentes – nem o titular e nem o  
499 suplente – mas temos o interesse de participar dessa câmara'." **Ricardo Braga (da ANE):** "Posso fazer uma pergunta capciosa?  
500 Suponha que nós resolvemos criar a CTALI com 08 (oito) membros agora, mas daqui a duas reuniões uma outra entidade quiser  
501 entrar nessa câmara técnica, e uma que está lá quiser sair, seria o caso de uma nova resolução?" **Simone Rosa:** "A gente não tem  
502 outra forma de estabelecer a composição de uma câmara técnica que não seja através de uma resolução aprovada aqui em  
503 Plenário! Porque se a gente não colocar isso na Plenária, quem teria o poder de alterar?" **Ricardo Braga (da ANE):** "A Plenária  
504 sempre aprovará! Eu não queria criar gasto de tempo, mas veja, uma coisa é você criar resolução com as normas dela – dizendo  
505 que ela tem de seis a quatorze membros, e assim por diante, Ok! A Plenária, marque aí, para que haja indicação e aprovação de  
506 nomes – ele indica dez nomes ou oito nomes, e está na ATA isso aí e esse são membros! Se ainda tem quatro vagas, daqui a uma  
507 ou cinco reuniões, podem haver mais dois interessados, e a Plenária, novamente, aprova – isso dentro da ATA da Reunião do CRH,

ND

508 e não da resolução – essa é a questão básica!" **Simone Rosa**: "Entendi, perfeito! Mas isso, praticamente, não muda o nosso  
509 'modus operandi', porque vai ter que vir para a Plenária, em vindo para a Plenária, seja saindo na ATA ou seja saindo numa  
510 resolução, é o mesmo tempo, são os mesmos prazos!" **Paulo André (da Associação Fazenda Fieza)**: "Eu acho que poderia ser  
511 assim: 'a câmara técnica será integrada por no mínimo 'tantas' entidades e no máximo 'tantas' entidades, escolhidas pela Plenária  
512 do Conselho' – aí tira a palavra 'sendo', e agora mesmo votaremos os membros indicados – então fica fora da resolução, porque se  
513 quiser mudar não precisa mudar toda a resolução, e a gente faz, separado, a escolha dos conselheiros que irão integrar, e fica isso  
514 registrado em ATA!" **Simone Rosa**: "Só para eu fazer um esclarecimento, **Cássia**! Essa questão do número mínimo e máximo de  
515 membros – isso já está definido no Regimento Interno, então não precisaria, certo? Então a gente não está avançando!" **Cássia**, por  
516 favor!" **Cássia Araújo (da CTAS e CTPPP-ANBEM)**: "Não sou conselheira, mas dessa parte aí eu posso dar como exemplo, como  
517 funciona hoje a CTAS: quando algum membro sai é apresentada aqui no CRH a carta informando o número de faltas e o motivo  
518 pelo qual a instituição saiu, e é aprovado aqui! Quando um novo membro quer ingressar, entra com uma carta pedindo à câmara  
519 técnica, e a câmara traz a carta para cá, e aí é aprovado em Plenário, e aquela nova entidade passa a integrar – e há essa  
520 aprovação! Eu entendo que seria assim: você tem uma primeira formação – como foi feito com a CTPPP – aí você tem uma  
521 composição inicial, que seria isso, votaria agora e entraria quem fosse – desde que seja acima de seis e, futuramente, quem quiser  
522 ir entrando vai entrando, à medida que puder se candidatar e ser aprovada nas próximas reuniões do CRH – é assim que funciona  
523 em todas as outras câmaras técnicas." **Jorge Fieza (da Associação Fazenda Fieza)**: "Uma sugestão rápida, está na pauta de hoje  
524 ainda, a questão da formação de um Grupo de Trabalho para o Regimento Interno. A modernização desse processo de entrada e  
525 saída, e tal, pode ser discutido dentro desse Grupo de Trabalho para modificar o Regimento Interno e modernizar esse processo."  
526 **Simone Rosa**: "Muito oportuna a sua colocação! Falará **Assis** e a gente já volta aqui para a definição dos membros da CTALI."  
527 **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: "Deixe-me tocar mais uma vez nesse tema. Realmente a CTALI está numa crise, está  
528 na beira do precipício, por falta de componentes, nós tivemos a perda de três membros por conta de sucessivas faltas – não foi  
529 porque as pessoas não pudessem contribuir, mas simplesmente porque descumpriram uma exigência de permanência na câmara,  
530 que é a não existência de três faltas consecutivas, ou seis alternadas. Então, nós perdemos a ABAS, o CREA/PE, perdemos a  
531 Fazenda FIEZA nessas condições! Nós perdemos, nós não quisemos extirpá-los da câmara – apenas aconteceu e foi necessário  
532 tomarmos essa decisão! Agora, então, nós estamos na beira do abismo, com seis membros e um já dizendo que não quer continuar  
533 participando – que é o DNOCS! Estranhamente o DNOCS não quer participar – esse é um comentário meu! O DNOCS é uma  
534 entidade importante e estratégica na nossa câmara, mas certamente precisam ser tomadas algumas decisões imediatas porque  
535 senão a CTALI acaba, por ausência de entidades! Então eu proponho que aqui e agora, ver se quem quer se habilitar a participar da  
536 CTALI. Nesse primeiro momento, porque nem todo mundo hoje está aqui – por sinal hoje está muito vazio, a FIEPE não está aqui,  
537 embora eu seja representante da FIEPE." **Simone Rosa**: "E é justamente por isso Queiroga, que a gente quer dar seguinte à pauta  
538 para não correr o risco de perdemos o quórum e não conseguir deliberar." **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: "Eu estou  
539 dentro dessa tese. Eu acho que além dessa coisa aqui agora, poderá ser estipulada uma maneira de que se uma entidade quiser  
540 participar de uma determinada câmara técnica, faça a solicitação aqui ao Conselho, e o Conselho submete numa reunião a  
541 aprovação da inclusão – essa proposta de **Cássia**, porque houve digamos uns estremecimentos – e não somente na CTALI – para  
542 qualquer um que queira participar, entidades a, b ou c! Hoje a gente faz uma coisa e o restante faz depois." **Simone Rosa**: "Muito  
543 obrigada! E vamos prosseguir com a pauta. Para tornar mais dinâmica essa reunião, eu vou informar para vocês que a Secretaria  
544 de Infraestrutura e Recursos Hídricos (SEINFRA) vai participar do Grupo de Trabalho do Regimento." **Assis Ferreira (da ABAS)**:  
545 "Eu acho que existe uma grande diferença entre o representante e órgão que a pessoa está representando. Por exemplo, quando  
546 **Kátia**, do DNOCS, está pedindo para se ausentar da CTALI eu acho que tem abrir um canal entre o CRH e o DNOCS, pois eu acho  
547 que a gente peca e não é só o Conselho, a CTAS peca também – porque eu sempre digo isso, porque falta um canal de diálogo  
548 entre as entidades. Por exemplo, o representante aqui é o DNOCS – não é **Kátia** – é o DNOCS! Então a gente tem que se  
549 comunicar com o DNOCS para saber se realmente o DNOCS quer se ausentar! E com relação a isso aí, eu acho que está havendo  
550 uma polarização muito grande com relação aos Conselheiros – as entidades é que são representadas aqui pelos conselheiros,  
551 então a partir do momento que se abre um canal, como por exemplo, vamos consultar a UFPE – será que a UFPE não quer indicar  
552 um representante? Ou vai ser somente aqui entre a gente? O IPA, será que ele será que quer indicar um representante? A  
553 Secretaria de Agricultura, será que não quer indicar um representante? Então, eu acho que a gente deveria abrir mais opções,  
554 **Simone**." **Simone Rosa**: "Perfeito, e é feito dessa forma! Só para esclarecer, é mais um esclarecimento aqui, a gente tem que estar  
555 informado – é bom a gente sempre relembrar essas coisas! Isso é feito exatamente dessa forma, e quando uma entidade não quer  
556 mais aquela vaga, a entidade formalmente se manifesta, através de ofício. A representante adiantou que o DNOCS iria se retirar da  
557 CTALI, então por isso que a gente colocou o DNOCS aí na resolução, porque ainda não foi formalizado, mas ela já adiantou que,  
558 em ela saindo não haveria indicação de outro representante e isso não foi formal! Mas está correto seu pensamento e é dessa  
559 forma como funciona. Então, seguindo aqui na composição, o artigo 3º, eu queria iniciar e propor aqui à Plenária – como outro  
560 integrante, membro da CTALI, a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos (SEINFRA), uma vez que nossa representante,  
561 que indicaremos oportunamente, será **Sandra Ferraz**, ela já participa e já tem dado todo o apoio, então isso seria importante, como  
562 ela sempre participa e está lá, ela já participaria também do quórum, certo? Então a SEINFRA participaria." **Flávio Duarte (da  
563 SDA)**: "A Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA)." **Assis Ferreira (da ABAS)**: "A ABAS também!" **Cássia Araújo (da CTAS  
564 e CTALI-ANBEM)**: "A ANBEM também vai participar!" **Simone Rosa**: "Seria bom alguém anotar aqui, **Sandra** por favor, a gente

565 está relacionando os componentes: SEINFRA, SDA, ABAS, ANBEM. Vamos projetar e vamos logo colocando no documento! Então  
566 temos: a SEINFRA, o DNOCS não encaminhou formalmente a sua solicitação de saída ainda – manifestou na CTALI e consta em  
567 ATA! Então nós vamos fazer a consulta formal ao DNOCS. Então temos: ANBEM, SDA – a gente precisa dessa definição porque a  
568 gente vai enviar um ofício do CRH, solicitando a indicação dos representantes de cada uma – e tem que que ser ou da SDA ou do  
569 IPA! Ficará a SDA, pois a SDA pode indicar alguém do IPA, não tem nenhum problema- eu acho que é melhor colocar a SDA  
570 porque fica mais amplo! Então, ficará: Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), ABAS. Tem Alguém do CREA/PE aqui – a  
571 gente precisaria que alguém se manifestasse na Plenária, pois a gente precisa que a entidade esteja representada – só para  
572 esclarecer! Não pode um conselheiro indicar uma outra entidade, porque a entidade não está presente, não sabe que está sendo  
573 indicada, e pode inclusive, nem concordar com essa indicação, ou não ter disponibilidade, e a gente tem que ter esse cuidado. O  
574 que pode ser feito? Uma auto indicação, do tipo: 'eu represento a ANE e eu quero ter assento', por exemplo! A gente pede que as  
575 entidades aqui representadas, por exemplo, o IFPE está aqui formalmente representado, então se tiver interesse basta dizer: quero  
576 representar, mas se ele não estivesse representado não poderia fazermos, do tipo: 'o IFPE não está aqui, mas vamos colocar o  
577 IFPE – que nem a gente faz quando temos as reuniões de condomínio, etc. Tem que ser alguém que de fato vai participar! Esses  
578 seis integrantes era da composição anterior – se todas as entidades que estão nessa relação disserem que não querem mais, muda  
579 tudo!" **Gizélia (da SERH):** "A SEMAS quer se inscrever!" **Ricardo Braga (da ANE):** "A Inamara, naquela reunião, solicitou de sair  
580 dessa câmara porque se animou muito com a câmara técnica do Lanna, a CTPPP – só lembrando porque ela foi explícita nisso,  
581 pois por mim ela ficaria na CTALI." **Simone Rosa:** "Vamos só fazer um ponto importante: a ANE ratifica a sua permanência na  
582 CTALI? Sim, certo! A FIEPE, temos representante da FIEPE? Queiroga ratifica também!" **José Carlos Queiroga (da CTALI-  
583 FIEPE):** "Eu vou fazer uma outra colocação. Eu gostaria de pedir uma reserva ou uma consideração especial para ver se o  
584 CREA/PE volta para nossa CTALI, porque é uma entidade que tem estudos, inclusive, nesse setor de Convivência com o Semiárido,  
585 tem cadernos, tem uma atividade que é muito importante, tem um corpo técnico importante, e a própria **Fazenda Fieza** que saiu por  
586 conta de faltas, e que é muito importante que ela participe – ela não pode agora, mas daqui há dois meses ela vai poder, então  
587 temos que deixar uma vaguinha para eles." **Simone Rosa:** "Mas têm várias vagas ainda – podemos ter até 14 (quatorze)  
588 instituições! No momento, isso não é problema. A SEMAS também está demonstrando interesse, não é isso? A Compesa, temos  
589 representantes? Permanece na CTALI? Então, a Compesa também ratificando sua permanência na CTALI! SEMAS já está aqui. A  
590 FAEPE também permanece, Ok! E vamos fazer a consulta formal ao DNOCS, para podermos fazer o fechamento da resolução.  
591 Mas alguma entidade, aqui representada, tem interesse? Então nós temos 09 (nove) membros aqui indicados. Se não há mais  
592 interessados, eu acho que é um bom número, mais alguém? Foi citado aqui o CREA/PE também, mas ele não está presente. A  
593 Fazenda Fieza também foi citada, está aqui presente, mas não poderia participar porque foi excluída da CTALI! Em relação ao  
594 CREA, como o CREA não está presente, o máximo que pode ser feito é ele ser consultado – ser feito um convite por parte do CRH,  
595 e aí eu pergunto se há concordância, ou há a discordância de algum dos conselheiros, de que se faça esse convite ao CREA?  
596 Então, como não há nenhuma discordância, procederemos a consulta formal." **Sandra Ferraz (da SERH):** "Registra a importância  
597 de que seja uma pessoa do setor jurídico, diante dessa particularidade!" **Simone Rosa:** "Não é exigir, é registrar que é importante.  
598 Seria uma recomendação – diríamos assim, um pouquinho mais forte! Certo? E não só ao CREA, mas a todas as instituições. Seria  
599 através de ofício e eles teriam um prazo a partir dessa reunião para indicar os nomes. Vamos fazer o ofício, formalizar as  
600 instituições terão um prazo para indicação. Então, além das entidades que aqui se manifestaram, receberá o ofício: o CREA e a  
601 CODEVASF – todos de acordo? E o DNOCS vai ser uma ratificação, ou não - se vai indicar outro representante ou não!"  
602 **Fernandha Batista:** "Eu vou para uma reunião com a SEPLAG, mas desejo muito sucesso na continuidade da reunião, agradeço a  
603 participação de todos e para as próximas eu não vou marcar nada porque eu adoro a polêmica daqui! Enfim, eu peço desculpas  
604 porque também me ausentei, nos últimos dois dias estive em Brasília, então hoje foi inevitável colocar algumas coisas ainda pela  
605 manhã. Desejo sucesso na reunião! Obrigada!" **Simone Rosa:** "Obrigada, **Fernandha**, por sua presença, pois apesar de sua  
606 agenda cheia, conseguiu nos prestigiar em quase toda a nossa reunião, trazendo-nos importantes informações! Fechamos aqui,  
607 Sandra? Então, esta resolução está fechada e podemos encerrar este ponto de pauta, já que aprovamos aqui a Resolução CRH  
608 nº 05/2019, da reestruturação da CTALI. E aí eu continuo passando a palavra para **Sandra** para o próximo ponto de pauta, que é  
609 a Resolução CRH nº 06/2019, que cria um Grupo de Trabalho, para a Revisão do Regimento Interno do CRH. Esse ponto já veio  
610 sendo discutido, levantado em outras reuniões – da necessidade de revisar o Regimento Interno e para isso a gente precisa,  
611 realmente, de um grupo aqui de conselheiros, ou que eles indiquem membros para compor esse grupo, para que a gente possa  
612 proceder essa Revisão do Regimento Interno. Por favor, **Sandra**, você pode conduzir esse ponto?" **Sandra Ferraz (da SERH):**  
613 "Quando eu fui convidada por **Simone** para assumir, foi verificado que o Regimento atual está bem emendado, por resoluções, está  
614 igual a Constituição Federal, não é? Emenda tal, emenda tal, enfim. Tem várias resoluções que emendam o Regimento vigente, e  
615 além das discussões que a gente entendeu ser importante uma rediscussão do Regimento, como **Jorge** já colocou aqui. Então,  
616 vocês receberam esse documento com antecedência, esse Grupo de Trabalho teria que ser criado no âmbito do Plenário, e não no  
617 âmbito de nenhuma câmara técnica, com o objetivo de discussão do Regimento Interno, para adequar à Legislação vigente e uma  
618 nova atualização. O número de membros desse Grupo de Trabalho, aqui a gente não sinalizou. Ele só sinaliza que a gente terá 90  
619 (noventa) dias de trabalho a partir da publicação dessa resolução – então a gente tem janeiro, fevereiro e março para trabalhar  
620 intensamente nessa proposta de Regimento, e aí já na próxima Reunião Plenária, possivelmente, é para a gente apresentar essa  
621 versão. Entendendo que era uma demanda não só da SEINFRA, mas de alguns membros que, nos privados, eles questionavam

622 isso! Então **Simone**, é um Grupo de Trabalho criado no âmbito do Plenário, com esse objetivo, com um prazo determinado para a  
623 gente não se alongar demais e já para começar os trabalhos de imediato, pois inclusive já temos minuta, que já vínhamos discutindo  
624 para a gente revogar aí um 'monte' de resoluções, que emendava o Regimento vigente!" **Simone Rosa**: "Para a gente iniciar, eu  
625 sugiro que a SEINFRA também participe desse Grupo de Trabalho (GT), já que mesmo se não fizermos parte formalmente, vamos  
626 dar todo o suporte técnico, mas acho que precisamos estar no grupo! SDA também, ANBEM também e FAEPE também. A gente vai  
627 ter que esclarecer um ponto, **Cássia**, porque na verdade, a ANBEM não faz parte do CRH – então eu vou precisar verificar a  
628 questão legal, e a gente vai checar aqui, para fazer essa consulta. À princípio, não sendo conselheiro não poderia participar do  
629 grupo de trabalho! A ABAS e a FIEPE também desejam participar! Como nós vamos remeter o ofício para a consulta oficial – se a  
630 FIEPE não tiver interesse ela vai responder negativamente. Mais alguma instituição? Temos 06 (seis) componentes para o GT –  
631 fechado o GT então!" **Sandra Ferraz (da SERH)**: "Na primeira reunião a gente define o Coordenador e o Relator, entendendo que a  
632 SEINFRA, que provavelmente **Simone** vai me indicar nesse papel, e já faço uma primeira proposta de documento, é uma minuta,  
633 mas sempre muito aberta às discussões! Quem já tiver alguma sugestão, e quiser já encaminhar, a gente já pode incorporar como  
634 proposta – a gente só tem 90 (noventa) dias, e nesses noventa dias tem férias de janeiro para alguns, Carnaval, tem um monte de  
635 coisas por aí. Então, é um grande desafio para esse Grupo de Trabalho." **Simone Rosa**: "Então, podemos passar para o próximo  
636 ponto de pauta? Há alguma manifestação?" **Paulo André (da Associação Fazenda Fieza)**: "Professora **Simone**, eu vi que não  
637 participa aí nenhuma Organização Não-Governamental (ONG), como a gente não está podendo participar, talvez fosse interessante  
638 a ANE participar." **Simone Rosa**: "Aí eu passo a palavra para o professor **Ricardo**." **Ricardo Braga (da ANE)**: "A ANE só tem três  
639 letras, não tem tantas, para dar cobertura para tantos compromissos. Obrigado!" **Simone Rosa**: "E aí exemplificando, então, o ponto  
640 que eu falei: imagine se a instituição não está presente, a gente indique uma instituição que não está aqui e a instituição não aceita  
641 – então, vamos realmente consultar a instituição! Bem, então fica aprovada a minuta da Resolução CRH nº 06/2019 e fica criado  
642 o Grupo de Trabalho para Revisão do Regimento Interno do CRH. Passemos agora para o nosso próximo ponto de pauta, que é  
643 o Parecer Técnico da CTALI sobre o Plano de Aplicação dos Recursos do FEHIDRO para 2020. Lembrando que todos os  
644 conselheiros receberam previamente o Plano de Aplicação dos Recursos do FEHIDRO, que fez parte da pauta da CTALI, e então  
645 eu convidou o representante da CTALI." **Jorge Fieza (da Associação Fazenda Fieza)**: "Eu queria só aproveitar que foram feitas as  
646 resoluções do Grupo do Regimento Interno e da CTALI, para falar um pouquinho da CTOC, poderia ser?" **Simone Rosa**: Certo,  
647 então vamos aproveitar o tempo enquanto **Queiroga** se acomoda aqui na Mesa, mas primeiro parabenizar aqui a **Jorge Fieza** que é  
648 o nosso conselheiro, que na última reunião, nessa semana, assumiu a Coordenação da CTOC, e então ele pediu para fazer  
649 algumas colocações sobre a CTOC, porque aí a gente já encerra esse bloco de assuntos das câmaras técnicas e a gente finaliza  
650 com o parecer a seguir." **Jorge Fieza (da Associação Fazenda Fieza)**: "Olá para todo mundo! Como a Dra. **Simone** falou, assumi  
651 a Coordenação da CTOC, que anteriormente era coordenada por **Liberato**, que segurou a 'peteca' por tanto tempo – foram quase  
652 três anos sustentando a câmara técnica com reuniões que não tinham minuta de Projeto de Lei, não tinha demandas, mas foi duro.  
653 E aí, pelo Regimento Interno do CRH ele não poderia mais continuar na coordenação. Então, fizemos uma Eleição na CTOC e aí  
654 assumi a partir de agora. Temos alguns membros aqui presentes, temos: **Queiroga**, temos **Ioná**, **João Pessoa**. Nessa coordenação  
655 que estou assumindo agora, a gente acordou é que tenhamos 03 (três) Reuniões Ordinárias, onde faremos mais um alinhamento,  
656 um feedback, e vamos buscar uma maior aproximação da SERH para a gente pautar trabalhos. E aí, os trabalhos de fato, serão  
657 efetuados nas Reuniões Extraordinárias, porque assim nós manteremos reuniões muito bem pautadas, para sermos mais objetivos.  
658 Então, é muito necessária que exista essa relação, essa aproximação da CTOC com a SERH. Ao mesmo tempo vamos propor  
659 algumas coisas novas também. Como o Regimento Interno do CRH permite que nas câmaras técnicas participem pessoas que não  
660 são do CRH, eu já coloquei em minhas redes sociais – e quem quiser também poderá compartilhar, para convidar pessoas que  
661 queiram participar desse processo da outorga e cobrança, que vai começar agora em 2020, para que na próxima Reunião do CRH  
662 talvez a gente já tenha nomes. A nossa reunião foi ontem e eu já convidei aqui, agora pela manhã, o professor **Waldir**, enfim, quem  
663 puder lembrar – eu disse também que os membros da CTOC convidem pessoas para participar das nossas reuniões, aquelas que  
664 considerem pertinentes para contribuir – tanto para compor a CTOC como para colaborar com a pauta das reuniões. Então, quem  
665 pensar, quem quiser e se interessar em trabalhar junto, como mais um membro da CTOC – pensar junto, trabalhar junto em relação  
666 à outorga e cobrança, serão bem-vindos! Seria muito interessante termos os COBHs em nossa composição, **Euclides** do COBH-  
667 GL2, participou ontem da nossa reunião – convidado por **Liberato**. Já o convidei e ele já demonstrou interesse em participar para  
668 que o COBH esteja presente no momento de discussão desse processo. Enfim, precisamos de pessoas para participarem  
669 efetivamente – serem membros oficiais da CTOC, e pessoas convidadas para as reuniões que queiram participar. Primeiro para  
670 pessoas que queriam participar, e daí para frente, pois não precisam ser membros do CRH – então o COBH é muito importante  
671 nesse processo. A reunião foi ontem, e a próxima Reunião Ordinária será em abril – então daqui para lá a gente pode chamar  
672 pessoas que queiram participar da CTOC, para que na próxima Reunião Ordinária do CRH sejam aprovadas as inclusões – estou  
673 avisando aqui, está oficial, está aberto o convite, para que na próxima reunião a gente acompanhe! Tivemos 05 (cinco) membros  
674 presentes na reunião, então precisamos de membros, até porque a situação do CREA/PE estava complicada – tem que alguém ligar  
675 para o CREA. **João Pessoa** está aqui ainda, ou já foi embora? No momento da reunião eu liguei para **João Pessoa** também, para o  
676 celular dele, dizendo: 'João Pessoa, vamos lá! Agricultor junto, todo mundo junto para participar!' E ficou dele providenciar um outro  
677 suplente – alguma coisa assim! Então é isso, já começaram os trabalhos do ano que vem!" **Simone Rosa**: "Ok, obrigada **Jorge** pela  
678 sua colocação, então **Queiroga**, por favor, pode apresentar o Parecer da CTALI!" **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: "O

679 Jorge colocou uma coisa que eu não sei se eu entendi exatamente assim, mas que poderia ser uma tônica de outras câmaras,  
680 inclusive da CTALI – pessoas convidadas para participar, embora, como acontece aqui – eu sou convidado, eu não voto, mas eu  
681 posso participar e posso falar! Então, essa coisa puder acontecer nas câmaras técnicas, alguém que entende sobre um determinado  
682 tema, um assunto, possa contribuir com alguma ideia, comparecer, falar e distribuir experiências. Prosseguindo com o parecer,  
683 coube-me fazer as vezes de **Everilda**, que na realidade foi quem elaborou esse documento, que é advogada e uma pessoa muito  
684 competente. O processo foi submetido à APAC, o Plano de Aplicação dos Recursos do FEHIDRO que são distribuídos entre a  
685 APAC e a SERH. De uma modo geral não houve nenhuma restrição maior, a não ser no caso de um projeto muito bonito inclusive,  
686 que foi pensado para um Projeto do Complexo de Vista Alegre, ali na Mata Sul, aproveitando as instalações de um casarão, próximo  
687 à Barragem de Serro Azul, que é uma ideia muito feliz, mas a CTALI percebeu que era apenas uma intensão muito vaga e geral.  
688 Então, como a CTALI precisa se pronunciar efetivamente sobre valores, deveria ser apresentado um projeto que tivesse elementos  
689 mais consistentes – para não ser aprovado uma coisa 'no ar' – algo que ninguém sabe exatamente o que é que vai ser, como vai  
690 ser, quanto vai custar e que objetivo vai desenvolver. Então, deveriam ser mais objetivo sobre o projeto. Tudo bem, em princípio a  
691 ideia está aprovada com louvor, mas para ser feito algum investimento precisaria que fosse detalhado o que vai ser feito, de fato,  
692 como é que os recursos vão ser aplicados. Então, é praticamente a única coisa que destacamos. A outra colocação, mais ou menos  
693 geral, é aquela velha queixa de que a gente trabalha com números que não existem na realidade, pois são valores que estão no  
694 papel, mas que na realidade nunca chegam ao ponto de aplicação dos projetos que são desenvolvidos sejam da SERH ou sejam da  
695 APAC. Então, uma briga, que está sempre na pauta de tentar descontingenciar os recursos do FEHIDRO, para que se possa fazer  
696 alguma coisa real, e não um jogo de palavras ou de papéis, que na realidade não tem efeito quase nenhum! Algumas coisas  
697 existem no ar e um deles não está nesse documento, que é a recomendação sobre a Bacia do Beberibe, que leva o dinheiro todo do  
698 FEHIDRO, e no pensamento de alguns, inclusive no meu, talvez eu seja um dos poucos, tinha que se dar um jeito de evitar essa  
699 despesa com esse projeto. Com isso seria o caso de rever o que é que tem sido pensado a respeito daquilo ali e provavelmente  
700 apresentar um projeto que seja 'palatável' para o 3º Distrito Naval – em vez de se fazer o que a gente imagina que seja a melhor  
701 coisa, tentar sentar e procurar uma solução que seja a melhor para ambas as partes. Mas no fim das contas foi tudo aprovado, com  
702 apenas essa ressalva da aplicação dos recursos no Projeto Complexo de Vista Alegre e a recomendação para que a gente brigue,  
703 lute, para descontingenciar os recursos que dizem pertencerem ao FEHIDRO." **Simone Rosa**: "Obrigada pela sua exposição! Eu  
704 queria só fazer um esclarecimento sobre o que foi citado sobre o Beberibe, esclarecer que esse item foi colocado e tem um valor  
705 realmente vultuoso porque existe uma Decisão Judicial de que a SEINFRA tenha que fazer esse trabalho, o serviço de remoção dos  
706 sedimentos do Rio Beberibe, inclusive já contratamos uma empresa, que está fazendo a medição dos volumes a serem retirados,  
707 para que depois a gente possa ter, de fato, esse orçamento. Então, não foi uma decisão que a Secretaria resolveu colocar os  
708 recursos lá porque achou que isso era, de fato, mais importante! Precisava eu prestar esse esclarecimento, eu passo a palavra para  
709 **Ricardo**." **Ricardo Braga (da ANE)**: "Em relação à questão do Beberibe talvez fosse interessante que a Secretaria buscassem outra  
710 fonte para utilizar nessa remoção do material do Beberibe, ouviu **Queiroga**? É que corroborando com o que você disse e ao mesmo  
711 tempo com o que já se colocou em Plenária aqui, de que nós já refutamos isso! Foi um posicionamento apenas, não é obrigação da  
712 Secretaria cumprir, mas nós já refutamos em momento anterior a utilização dos recursos do FEHIDRO para a remoção desse  
713 material, uma vez que o projeto de dragagem já é bem antigo e que a remoção não tem nada a ver com gestão de hídricos em si –  
714 isso é apenas uma observação! Agora, o outro ponto que eu tenho dúvida, quanto ao relatório, e me corrija se eu estiver enganado,  
715 é que a parecerista coloca no item 6 (seis) do parecer que: '*entretanto verifica-se a necessidade de maiores investimentos de*  
716 *recursos do FEHIDRO, pelo menos em 50% (cinquenta por cento), na bacia de origem da arrecadação*'. Eu não sei se ela confundiu  
717 com a Cobrança Pelo Uso da Água, porque se nós formos fazer isso, vai ser tudo para a Bacia do São Francisco, porque o recurso  
718 do FEHIDRO está vindo da Bacia do São Francisco! Entendi, foi sugerido 50% (cinquenta por cento), mas isso não tem nada a ver  
719 com o uso dos 'royalties' para as Bacias do São Francisco, se nós estamos pensando na gestão dos recursos hídricos do Estado! A  
720 Seria uma mudança muito radical daquilo que está se pensando e que se fez ao longo do tempo. Eu não sei se ficou claro! A  
721 Cobrança Pelo Uso da Água é uma coisa – que aí, no mínimo 50% (cinquenta por cento) deve ser usado na própria bacia." **José**  
722 **Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: "Veja **Ricardo**, a ideia é essa mesmo. Não é sobre o uso da água, isso aqui é sobre os  
723 recursos oriundos da geração de hidrelétricas!" **Ricardo Braga (da ANE)**: "Eu colocaria com uma suspeição muito grande!" **Simone**  
724 **Rosa**: "Não sei se houve algum mal-entendido, mas de fato, remete à Cobrança porque aqui tem: '*na bacia de origem da*  
725 *arrecadação*'. Então está bem claro que se trata de Cobrança! **Sandra**, veja só o ponto aqui que **Ricardo** está levantando: a  
726 questão aqui, do item 6 (seis) do parecer, que fala: '*verifica-se a necessidade de maiores investimentos de recursos do FEHIDRO,*  
727 *pelo menos em 50% (cinquenta por cento), na bacia de origem da arrecadação*'. E aí **Queiroga** fez o esclarecimento de que não era  
728 em relação à Cobrança, mas para mim fica evidente de que é, já que se fala em arrecadação!" **José Carlos Queiroga (da CTALI-**  
729 **FIEPE)**: "Não é, até porque hoje não existe essa Cobrança!" **Sandra Ferraz (da SERH)**: "Hoje, os recursos ali depositados na conta  
730 do FEHIDRO, vem dos 'royalties' do São Francisco, então isso não tem sentido! Não sei se a expressão foi infeliz, porque  
731 atualmente os recursos do FEHIDRO – que são estes que estamos tratando aqui – eles não tratam de outros bacias do que da  
732 Bacia do São Francisco." **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE)**: "Na realidade, se a gente for pensar melhor, os afluentes da  
733 Bacia do São Francisco levam mais de metade do Estado, então para ficar com 50% (cinquenta por cento) não significa ficar com  
734 tudo! Ficam somente com aproximadamente 50 (cinquenta por cento), um pouco menos do que as bacias dos rios afluentes do São  
735 Francisco – mas ideia é essa, pode até não ter ficado claro! **Sandra Ferraz (da SERH)**: "Veja, essa é uma regra da Cobrança Pelo" 

736 Uso da Água, eu acho que foi esse equívoco aí!" **José Carlos Queiroga** (da CTALI-FIEPE): "Não é pelo uso da água, porque essa  
737 cobrança pelo uso da água ainda não existe!" **Simone Rosa**: "Então, eu acho que merece, procede o ajuste que foi colocado aqui,  
738 pelo conselheiro **Ricardo**!" **José Carlos Queiroga** (da CTALI-FIEPE): "Procede, sem dúvidas!" **Simone Rosa**: "Então, fazemos  
739 esse ajuste, não é isso, **Sandra**?" **Ricardo Braga** (da ANE): "Então, que tire esse pedaço!" **Simone Rosa**: "Exatamente, vai ter que  
740 retirar! Na verdade, é depois do ponto, 'entretanto' – cortar essa parte seguinte! Não tem que fazer ajustes, só tem que retirar essa  
741 parte!" **Ricardo Braga** (da ANE): "Na segunda página existem dois momentos: no item 3 (três) e depois, em Análise dos Planos, no  
742 item 6 (seis)!" **Sandra Ferraz** (da SERH): "Os dois 'entretantos', não é?" **Simone Rosa**: "Sim, retira a última frase." **Ricardo Braga**  
743 (da ANE): "A não ser que os companheiros, aqui da Plenária, entendam que deva ser retirados – é só levantarem o braço!" **Simone**  
744 **Rosa**: "Eu peço que se manifeste, se alguém tiver esse entendimento contrário ao que nós estamos dizendo aqui, porque o que  
745 ficou definido aqui é retirar essa mesma frase que está no item 3 (três), que é a última frase, a partir do 'entretanto' e no item 6 (seis)  
746 do parecer técnico." **Ricardo Braga** (da ANE): "Porque muda totalmente a estratégia de distribuição do FEHIDRO!" **Simone Rosa**:  
747 "Perfeitamente, exato!" **José Carlos Queiroga** (da CTALI-FIEPE): "Mas vejam, então eu terei que submeter isso daqui para  
748 **Everilda**, porque eu acho que a ideia disso aqui é dos recursos originários das águas do São Francisco, porque hoje não existem  
749 recursos de outra ordem, não! Existe apenas uma expectativa de recursos." **Simone Rosa**: "Existem os 'royalties' do São  
750 Francisco!" **José Carlos Queiroga** (da CTALI-FIEPE): "Existem! E o São Francisco ficaria somente com a metade e o resto seria  
751 para o restante do Estado!" **Simone Rosa**: "É, mas não é isso que tem sido feito – **Ricardo** colocou e realmente é fato! A gente tem  
752 feito investimentos na Bacia do Capibaribe, do Ipojuca, etc. Eu não saberia lhe dizer agora os valores, mas certamente são  
753 investimentos 'pesados'. Então, não temos nenhuma garantia que estes 50% (cinquenta por cento) está sendo utilizado na Bacia do  
754 São Francisco, então realmente, cabe retirar. E também acho que, mesmo fazendo essa alteração, não cabe voltar à CTALI – acho  
755 que não, eu poço afirmar, porque a Plenária é soberana, então o que ficar definido aqui nesta Plenária, não tem que retornar para a  
756 câmara técnica!" **José Carlos Queiroga** (da CTALI-FIEPE): "Então, vamos submeter aí a apreciação dos conselheiros: se retira  
757 isso, ou faz uma observação que se trata dos recursos originários da indenização." **Simone Rosa**: "Em votação: quem é contrário à  
758 retirada dessas duas frases – a última do item 3 (três) e do item 6 (seis), que trata exatamente de aplicar 50% (cinquenta por cento)  
759 dos recursos na bacia proveniente? Se não há nenhuma manifestação em contrário, então fica aprovada essa retirada e fica  
760 aprovado também o Parecer? Não? Então, uma manifestação aqui de **Flávio**, por favor." **Flávio Duarte** (da SDA): "É mais um  
761 esclarecimento, porque eu acho que esse fundo pode ter uma importância estratégica para além da aplicação em si! A gente nota a  
762 necessidade de termos no Estado um processo de envolvimento de vários setores, inclusive do ponto de vista geográfico, do ponto  
763 de vista de todas as bacias, nessa compreensão de entendimento da importância estratégica, de projetos que ressaltam o manejo  
764 sustentável em relação aos recursos hídricos. Esse é o fundo que pode ter um papel estratégico se a gente der a ele uma dimensão  
765 para além da aplicação do recurso em si! A minha indagação é: se não existe uma normativa, uma orientação de como melhor  
766 aplicar esse fundo – que poderia inclusive, à exemplo de outras instituições, que fazem Editais Públicos para elaboração de  
767 projetos. E esses Editais Públicos têm sido uma estratégia de, primeiro, transparência da aplicação e segundo, de um envolvimento  
768 maior por parte dos atores sociais, técnicos, na campanha em si. E às vezes também, quando a gente não faz uma coisa aberta,  
769 pública, através de uma mobilização social, de campanhas, etc., a gente vai para um outro extremo que é a falta de bons projetos, e  
770 aí a gente é 'obrigado' – entre aspas, ou pelo menos, ficamos mais restritos em termos de opção de aplicação de um recurso que é  
771 estratégico! A minha indagação é no sentido de que não foi pensado, no passado, não existe a possibilidade de a gente aproveitar  
772 esse fundo e pensar – e aí eu já me coloco à disposição – para a gente pensar na possibilidade de um Edital de Convocação de  
773 Projetos para a aplicação do FEHIDRO. É essa a minha indagação, porque eu acho que isso poderia, à luz de outras campanhas  
774 que, inclusive, a APAC faz – os prêmios que a APAC aplica – isso mobiliza a sociedade!" **Suzana Montenegro** (Presidente da  
775 APAC): "Eu acho que a sugestão de **Flávio** é muito boa, e a APAC fez, no passado, alguns Editais FEHIDRO e especificamente  
776 para a questão de revitalização – e foram ações muito importantes, e até hoje, apresentamos isso como coisas de grande impacto!  
777 Só que os recursos começaram a ser contingenciados, e aí você colocar na rua um Edital que depois você não vai conseguir honrar!  
778 Não, Janelas Para o Rio foi no Programa de Saneamento Ambiental (PSA). Mas agora, uma das componentes no Plano da APAC,  
779 que vai um pouco nessa direção. Desculpem, o PSA não Janelas Para o Rio, Pagamento de Serviços Ambientais – foi destinada  
780 uma parcela para isso que tem um pouco dessa componente, justamente, da mobilização e da participação de vários atores se  
781 apresentando para fazer parte do programa." **Ricardo Braga** (da ANE): "Lembrando que esse parecer que **Queiroga** colocou, ele  
782 bota no seu último item, também a questão do não-contingenciamento dos recursos do FEHIDRO. Eu posso salientar que, mais  
783 uma vez, a Plenária se manifesta e vai cobrar da Mesa, no mês de março, a inclusão naquele Projeto de Lei!" **Flávio Duarte** (da  
784 SDA): "Porque inclusive, **Suzana**, com a realização do Edital, porque o Edital não é só para a aplicação de um recurso que,  
785 teoricamente a gente tenha garantido, porque sob o ponto de vista das Finanças Públicas dos nossos Estados a garantia é muito  
786 relativa, não é verdade? Mas eu acho que é de puxar a sociedade, as pessoas que são envolvidas nesse tema, a se dedicar a  
787 elaborar, e até de expressar demandas que a gente, às vezes, nem tem noção de que existam, de que são projetos legais. Então,  
788 eu acho que era uma forma, de primeiro garantir também, porque se a gente faz uma campanha dessa, faz um Edital, a gente  
789 consegue também sensibilizar os gestores públicos, no sentido de que se fossem mais garantidos a aplicação desses recursos, mas  
790 independente disso, porque como ele é um fundo, ele pressupõe também a elaboração de bons projetos. Então, o Edital é uma  
791 estratégia de também levantar ideias, projetos, frentes de intervenção, de parcerias, que pudessem alimentar a própria captação,  
792 também, de recursos do fundo. Então, a minha proposição vai nesse sentido de que, em vez de a gente ser induzido a aprovar

793 projetos por opções, que a gente pudesse pensar – e aí eu acho que não é tão difícil de se fazer, porque nós já temos essas  
794 experiências, de Editais Públicos, para contratação e apresentação de possíveis projetos que venham colocar em evidência ações  
795 públicas, em parceria, relacionadas à construção de um melhor manejo estratégico dos recursos hídricos no Estado. A minha  
796 indagação era no sentido de que a gente pudesse se debruçar sobre isso, trazer na próxima reunião da CTALI a elaboração de uma  
797 proposta de Edital para ser lançado, publicado em comum acordo, na perspectiva de captar esses projetos – que poderiam,  
798 inclusive, fazer parte de um – não sei o nome técnico agora – de um portfólio, uma reserva de projetos estratégicos, em relação aos  
799 recursos hídricos." **Suzana Montenegro (Presidente da APAC):** "Eu acho que a sua sugestão é muito boa **Flávio!** Hoje a nossa  
800 programação aqui da APAC, do FEHIDRO, ela foi feita mais considerando as coisas que nós temos mais urgentes, como a  
801 complementação do pagamento da Revisão do Plano Estadual – porque ela não vai ser totalmente coberta pela primeira fonte de  
802 pagamento, que é o PSH, outro Plano de Bacia que foi demandado, enfim. Mas essa sugestão acho que é muito boa – como já foi  
803 feito no passado. E aqui, como eu disse, estamos colocando um aporte para o pagamento de serviço ambiental, que vai um pouco  
804 nesse sentido também. Eu só queria fazer mais uma observação, com relação ao que **Ricardo** colocou pela segunda vez nessa  
805 Plenária: eu acho que a Plenária tem sim, que reforçar cada vez mais essa questão do descontingenciamento do FEHIDRO – só  
806 lembrando que na reunião do Fórum desse ano, no Encontro dos COBHs, foi feita uma Moção e isso foi encaminhado ao  
807 Governador, a Secretaria e a outros Secretários. Então eu acho que esse ponto é importante!" **José Carlos Queiroga (da FIEPE-  
808 CTOC e CTALI):** "Eu acho que cabe sempre colocar, e é repetitivo, em algum documento fala de busca de fontes de recursos, e a  
809 gente, de certa forma, se acostumou a trabalhar com aquilo que chega, recebendo o que chega, e não, indo buscar! Então, essa  
810 coisa talvez tenha que mudar, deixar de ser um elemento passivo e passar a ter uma atitude proativa, de ir buscar onde é que pode  
811 se conseguir recursos! Existe algum local, alguma fonte internacional? Eu participei uma vez de uma reunião na FIEPE, de alguém  
812 que estava vendendo direitos, vendendo participação na conservação de caatingas no Ceará! Então, a pessoa pagava, captava  
813 recursos, e certamente ele captava recursos de fora também, porque eu não acredito que ele iria viver com recursos captados por  
814 aqui! Então, existem fontes que eu não sei, mas sei de que existem outras possibilidades que estão correndo um pouco ao lado, á  
815 margem do que a gente está vendo. Então, caberia um trabalho de inteligência, no caso, de pesquisa para buscar, tentar encontrar  
816 essas fontes – onde é que elas existem, para conseguir melhorar a nossa capacidade de execução de algum coisa." **Suzana  
817 Montenegro (Presidente da APAC):** "Muito boa ideia! Vamos ter que fazer isso sim, com certeza! Até porque os recursos do  
818 FEHIDRO estão diminuindo. E a Cobrança, mesmo aprovada essa primeira fase, não vai ser implementada de imediato!" **Élcio  
819 Barros (da SEMAS- CTPPP):** "Em relação ao Programa de Pagamento de Serviços Ambientais, o Plano de Aplicação dos  
820 Recursos do FEHIDRO prevê R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para implantação do Bureau para início do PSA (Programa de  
821 Saneamento Ambiental) aqui em Pernambuco. Desde de 2016 foi criada a política e o Programa de Pagamento por Serviços  
822 Ambientais aqui no estado de Pernambuco. Eu acho que é um Instrumento Legal, ambiental, de muita eficiência em questão de  
823 aumento da produção de água e de melhoria da qualidade das águas, principalmente na Zona Rural, e tem um caso emblemático,  
824 que eu acho que muitas pessoas aqui conhecem, que é o caso do município de Extrema, no sul de Minas Gerais, que praticamente  
825 é o pioneiro! E aqui em Pernambuco, o Plano de Saneamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca (PSA-Ipojuca)  
826 contempla, como uma das ações, os Estudos para Implantação do Pagamento de Serviços Ambientais. Este é um trabalho que está  
827 sendo concluído – eu acho que agora no mês de janeiro ou fevereiro será encerrado com a entrega, pela Consultoria, do  
828 Documento Final e, cabe à SEMAS, pelo Decreto Estadual, a responsabilidade de coordenar esse trabalho. Além da Lei, outros  
829 Decretos já foram criados e a nossa dificuldade é com recursos – a gente acha que nós temos um Programa Piloto, que esse que a  
830 APAC financiou, na Bacia do Bitury lá em Belo Jardim, e nós fomos contemplados com recursos do FEHIDRO para o próximo ano,  
831 com apenas R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), através da APAC. Então, o que eu proponho aqui – eu não sei se o Conselho,  
832 através dos seus membros, têm o poder de modificar, de redistribuir esses recursos previstos, com ressalvas – que são recursos da  
833 Secretaria, a APAC já colocou R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e a Secretaria de Recursos Hídricos não colocou nenhum  
834 recurso para o Pagamento de Serviços Ambientais. Então, eu proponho, solicito que desses destinados à Secretaria, algum valor,  
835 vá também para o Programa de Pagamento pelos Serviços Ambientais para que a gente inicie esse Projeto Piloto aqui em  
836 Pernambuco." **Simone Rosa:** "A gente pode colocar a proposta na própria planificação que foi apresentada pela Secretaria foi,  
837 como entendemos, como a melhor forma, mas esse Conselho sempre é soberano, e eu acho que cabe trazer aqui, ao Conselho,  
838 ouvir aqui a opinião dos conselheiros em relação a essa proposta da SEMAS, que ocupa assento aqui no nosso Conselho, em  
839 relação ao deslocamento – ver se existe a proposta de qual rubrica diminuir para fazer essa alteração." **Élcio Barros (da SEMAS-  
840 CTPPP):** "Veja só, como está aí na tela que o **Queiroga** apresentou, foram aprovadas 02 (duas) propostas com ressalvas e a de  
841 maior recursos é o Projeto Complexo Vista Alegre, com R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) – é um projeto também, que se for  
842 iniciado no próximo ano não se encerra no próximo ano – ele tem uma continuidade, pois um ano não dá para concluir esse projeto,  
843 como também o custo do Pagamento pelos Serviços Ambientais. Então, se a gente conseguisse diminuir em R\$ 200.000,00  
844 (duzentos mil reais) para o Pagamento de Serviços Ambientais, os recursos de Serviços Ambientais dobraria e não traria prejuízo ao  
845 Projeto Vista Alegre, até porque nós já estamos numa fase bem adiantada – já temos o Diagnóstico Ambiental, já temos a área  
846 selecionada – é só partir para a execução do projeto!" **Simone Rosa:** "Então eu pergunto, coloco em votação – só um minutinho!"  
847 **Flávio Duarte (da SDA):** "Eu quero saber o seguinte: esse projeto Vista Alegre, foi apresentado enquanto um projeto técnico, com  
848 orçamento, porque pelo que você falou, **Queiroga** usou essa palavra: 'é um projeto de intensão' – eu acho que nós do Conselho  
849 deveríamos ter esse rigor porque é um recurso tão suado, é um recurso tão estratégico que eu acho que a gente não deveria votar



850 em cima de uma coisa intencional – por isso meu esclarecimento para que eu possa votar de maneira bem rigorosa, criteriosa – se  
851 existe um projeto, porque eu acho que a gente deveria apenas recomendar a aplicação de um recurso, de um fundo estratégico, se  
852 tivesse um projeto de viabilidade, um estudo de viabilidade. Então, a minha pergunta é essa." **Simone Rosa:** "Veja, não existe um  
853 projeto elaborado de custo de viabilidade. Existe assim, **Sandra** inclusive preparou alguns slides do que se pretende destina esses  
854 recursos, porque justamente parte desses recursos seria para se elaborar o projeto. Então, quando a gente quer construir uma obra,  
855 a gente tem ideia de fazer alguma coisa e o primeiro passo é contratar um projeto. Então o projeto, realmente, de fato, não existe!  
856 Essa ideia surgiu por conta de que existe um espaço que tem que ser ocupado e aí o primeiro ponto – se isso fosse aprovado –  
857 seria contratar esse projeto. Tem alguns slides, mas não sei se cabe devido ao adiantado da hora, porque a gente tem mais dois  
858 pontos de pauta ainda, que são o Progestão e o Calendário de Reuniões-2020 – mas nós temos alguns slides. Então, respondendo  
859 a pergunta de **Flávio**: não existe o projeto – se isso fosse aprovado o primeiro passo seria elaborar o projeto! Então, diante disso a  
860 gente precisa colocar em votação, porque se o Conselho entende que não é relevante, inclusive porque esse recurso que foi  
861 colocado para isso a gente parte – conforme a sugestão da SEMAS e colocado para o Pagamento de Serviços Ambientais, e a  
862 outra parte pode ser redistribuída nos demais itens – é uma alternativa. Inclusive, a gente precisa saber se a gente ainda tem  
863 quórum para deliberar, não é?" **José Carlos Queiroga (da CTALI-FIEPE):** "Na realidade não existe um projeto físico, existe uma  
864 ideia de aproveitar lá um casarão para transformar, com algumas atividades de fortalecimento da mentalidade da sustentabilidade,  
865 etc. então a CTALI sugere que não seja feita nenhuma atividade real, ou seja, que não seja feito nenhum desembolso sem uma  
866 ideia do que vai ser feito mesmo, e como é que isso vai ocorrer! Inclusive, nós não temos essa capacidade de avaliar o grau de  
867 prioridade de uma coisa, ou de outra – a gente não sabe! Nós não temos a condição de avaliar esses dados, mas pelo menos a  
868 gente restringe a possibilidade de ser feito um trabalho, apenas depois de souber o que é que vai ser feito. Essa é a colocação da  
869 CTALI em relação a esse tema." **Simone Rosa:** "Bem, então eu retorno para o Plenário para que a gente possa deliberar." **Gizélia**  
870 (**da SERH**): "Desculpe, está havendo um esvaziamento dos conselheiros, nós precisamos aprovar ainda mais dois tópicos, eu  
871 gostaria que vocês fossem, por favor, mais sucintos, porque infelizmente nossos companheiros estão abandonando a reunião. Nós  
872 temos um limite regimental de 09 (nove) conselheiros para deliberações!" **Flávio Duarte (da SDA):** "Ok, vou seguir a sua  
873 orientação! Eu quero apresentar uma proposta concreta: primeiro, incorporar essa proposta da SEMAS, porque nós do IPA vimos  
874 acompanhando um projeto de produção de água, e realmente um projeto que foi gasto, investido um recurso na elaboração do  
875 projeto, na construção de uma gestão, mas que agora está no momento mais importante, mais estratégica, que é da aplicação e,  
876 com muita dificuldade de recursos, porque também pressupõe um aporte e que não se vislumbra tanto esse aporte. Então, se tem  
877 esse fundo, eu gostaria de contemplar essa proposta, mas que a gente não aprovasse, levasse essa possibilidade da elaboração do  
878 Edital Público para aplicação e que a gente solicitasse, enquanto Conselho, um referencial mais técnico, pelo menos um Projeto  
879 Executivo para o Projeto Vista Alegre, em Palmares." **Simone Rosa:** "Bem, então vou tentar objetivar aqui, e aí vamos ver se todos  
880 concordam. Então, a gente faz um remanejamento do valor do Projeto Vista Alegre: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para  
881 Pagamentos por Serviços Ambientais a gente retira do Projeto Vista Alegre, e o restante ficaria para que se fosse elaborado um  
882 Edital do FEHIDRO – é essa a proposta? Ok, então ficou claro, para a gente poder deliberar? Seria retirado do Plano de Aplicação o  
883 item 4.7 - Apoio à implantação e funcionamento de Projetos integrados Água e Ambiente: Projeto Complexo Vista Alegre para 02  
884 (dois) serviços: um seria para Pagamentos por Serviços Ambientais no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e outro, o  
885 restante do valor do Projeto Vista Alegre a gente destinaria a um Edital para Elaboração de Projetos voltados aos recursos hídricos."  
886 **Suzana Montenegro (Presidente da APAC):** "Para Editais de Projetos!" **Simone Rosa:** "É uma proposta! Teria uma outra proposta  
887 que seria ao invés de colocar em Edital, redistribuir proporcionalmente os valores – é uma outra proposta, e aí eu preciso ouvir a  
888 Plenária!" **Roberto Cavalcanti (Diretor de Administração e Finanças da APAC):** "A proposta que está sendo apresentada da  
889 aplicação dos recursos em Projetos de Saneamento Ambiental pela SERH, ela não está prevista nas atribuições da Secretaria –  
890 isso teria que ser feito pela APAC! E a APAC não tem mais limite dentro do Plano de Aplicação apresentado para acrescentar esse  
891 valor dentro do Plano. Então, se for para alterar esse Plano de Aplicação dos Recursos do FEHIDRO pela SERH, não pode ser  
892 colocado para esse fim porque não está previsto institucionalmente pela Secretaria. Na verdade, o Plano de Aplicação foi  
893 apresentado para a CTALI – tanto o Plano de Aplicação da APAC quanto o Plano de Aplicação da SERH – eles analisaram e  
894 apresentaram esse parecer como favorável para a aplicação da forma como foi apresentado. A votação no momento estava para a  
895 aprovação do Parecer da CTALI, e não de alteração dos Planos de Aplicação! Já foi deliberado a retirada do Plano de Aplicação do  
896 item 4.7, como alteração do Parecer da CTALI." **Simone Rosa:** "Obrigada pelos seus esclarecimentos, **Roberto**! Uma outra  
897 alternativa seria a seguinte, porque o condicionante aqui, para a questão do Projeto Vista Alegre é não implementar se não  
898 houvesse o projeto, mas o primeiro ponto seria elaborar um projeto, então no meu entendimento, nós colocamos isso aqui pensando  
899 em dar um passo de cada vez, até porque Vista Alegre fica aqui na Mata Sul – onde nós temos um dos passivos ambientais, a  
900 maior barragem aqui do Estado, construída pela Secretaria de Recursos Hídricos, com 303.000.000 m<sup>3</sup> (trezentos e três milhões de  
901 metros cúbicos), então é uma área importante! Então, estou remetendo, novamente, pois não podemos colocar já no Pagamento de  
902 Serviços Ambientais, e a outra alternativa, caso a gente realmente tire o Complexo Vista Alegre, é a questão do Edital, que a gente  
903 precisa checar isso legalmente também, o valor que pode ser colocado, destinado ao Edital." **Suzana Montenegro (Presidente da**  
904 **APAC):** "Eu queria apenas que **Élcio** esclarecesse, porque ele tem mais conhecimento da questão da Política de Pagamento de  
905 Serviços Ambientais, porque na verdade, quando você tem um projeto, os aportes podem ser diversos, não é? Não significa que vai  
906 ser executado! Não sei, acho que **Élcio** poderia esclarecer isso." **Élcio Barros (da SEMAS- CTPPP):** "A Lei que criou a Política e o

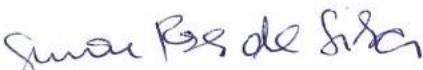


907 Programa de Pagamento por Serviços Ambientais traz, entre os seus artigos, o Fundo Estadual de Serviços Ambientais, e esse  
908 Fundo Estadual, além de poder receber recursos do Orçamento do Estado, ele recebe recursos de qualquer outra fonte, desde  
909 fontes através de convênios, fontes nacionais, fontes internacionais, Emendas Parlamentares. Só que desde que a Lei foi  
910 promulgada em 2016, o Estado não tem tido condições de colocar dentro do seu Orçamento, dentro do Orçamento da SEMAS,  
911 recursos para Pagamento por Serviços Ambientais. Então nós estamos tratando, nas diversas instâncias, junto às diversas  
912 entidades, buscar recursos para que esse programa seja iniciado. Inclusive, eu fui por acaso, para a reunião da CTALI em que foi  
913 aprovado este parecer, este Plano de Aplicação, porque quem representa a SEMAS, na CTALI não pôde comparecer, eu participei  
914 e não tinha direito ao voto, mas a gente chamou a atenção para essa questão e eu acho que é uma oportunidade, de a gente  
915 realmente começar esse Projeto Piloto de Bitury, para o Pagamento por Serviços Ambientais, com aporte do FEHIDRO – eu acho  
916 que pela característica dele, de produção de água, de proteção de nascentes, ele está enquadrado no que o FEHIDRO se dispõe a  
917 apoiar." **Simone Rosa**: "É, mais eu acho que tem a questão legal que **Roberto** levantou e que procede – a questão das  
918 competências! Então, se está na competência da SEMAS, se não está na nossa competência – a gente vai checar e conferir isso!  
919 Apesar de que já foi colocado aí para todos vocês." **Élcio Barros** (da SEMAS- CTPPP): "Veja, o Fundo eu não sei, mas **Roberto**  
920 acho que percebe isso, e pode até esclarecer mais sobre isso, mas se esse recurso do FEHIDRO entra no Orçamento da  
921 Secretaria, o nosso fundo pode receber recursos de qualquer fonte! Então, não sei **Roberto**, se você pode esclarecer se há algum  
922 impedimento para que a Secretaria coloque esse recurso no Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais" **Roberto**  
923 **Cavalcanti** (Diretor de Administração e Finanças da APAC): "Não seria a questão da aplicação do recurso do FEHIDRO! Seria, a  
924 SERH – como órgão que faz parte da SEINFRA – tem na sua competência a aplicação de recursos em Serviços Ambientais. Na  
925 APAC está previsto, desde que esses Serviços Ambientais sejam voltados para os recursos hídricos. Então, fazer esse tipo de  
926 serviço pela APAC, com recursos do FEHIDRO, ou com outro recurso, poderá ser feito! Na Secretaria não pode, independente do  
927 recurso ser do FEHIDRO, porque não está institucionalmente previsto para a Secretaria fazer Serviços Ambientais." **Élcio Barros**  
928 (da SEMAS- CTPPP): "Mas não pode fazer um destaque orçamentário e passar para a SEMAS?" **Roberto Cavalcanti** (Diretor de  
929 Administração e Finanças da APAC): "Bom, aí a gente vai ter que aprofundar esse estudo junto da Secretaria." **Simone Rosa**:  
930 "Eu acho que é prudente, se existe esse impedimento legal, que a gente não faça essa alteração – é a minha opinião, porque existe  
931 uma questão de um impedimento legal, porque não está na competência da Secretaria, então realmente, não podemos avançar  
932 nesse sentido!" **Élcio Barros** (da SEMAS- CTPPP): "Veja só, eu não sou especialista, mas pode-se fazer um destaque  
933 orçamentário de uma Secretaria para uma Autarquia, para uma empresa, e de uma Secretaria para outra! Não sei agora que  
934 decisão se pode tomar, mas se poderia tomar a decisão de colocar na ATA hoje, a disponibilidade desse recurso para o PSA – para  
935 o Pagamento por Serviços Ambientais, desde que possa se fazer um destaque orçamentário. Eu acho que **Roberto** deveria ver isso  
936 aí melhor!" **Simone Rosa**: "Eu acho que o máximo que a gente pode fazer hoje, é dizer que houve essa solicitação e a gente fazer  
937 uma avaliação legal sobre isso, à luz de criação da SEINFRA, que foi de dezembro do ano passado, e ser realmente, digamos  
938 assim, bem esclarecido!" **Élcio Barros** (da SEMAS- CTPPP): "Se esclarecido e favorável, o Conselho já autorizaria a partir de hoje!"  
939 **Simone Rosa**: "Exatamente! Então isso ficaria aprovado, condicionado ao esclarecimento legal de haver essa possibilidade. E  
940 então precisa a gente precisar, em relação a esse recurso, independentemente dessa ressalva, do valor que vai ser destinado ao  
941 PSA, ou não, a gente tem duas alternativas do que vai ser feito com esse recurso do item 4.7, do Projeto Vista Alegre. E aí eu estou  
942 colocando duas alternativas - pode existir alguma outra - e aí fiquem à vontade para colocar! A primeira que eu coloco é a  
943 redistribuição desses valores nos demais itens, proporcionalmente ou destinar o valor total, que é um valor razoável, embora a  
944 gente talvez não vá captar todo esse valor, não é? Mas espero que sim! Destinado então para Edital para a captação de projetos.  
945 Então, a gente parte agora para a deliberação - está colocado em votação: alternativa um é a redistribuição do valor do Projeto Vista  
946 Alegre, do item 4.7, proporcionalmente nos demais itens; e a alternativa dois é deixar o valor total para um item que seria Edital de  
947 Projetos que seriam abertos – à exemplo do que acontece com o Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA) hoje, não é? Que já  
948 teve Edital e lançou projetos! Eu pergunto se existe mais alguma alternativa, ou se podemos votar na alternativa um ou dois?" **Élcio**  
949 **Barros** (da SEMAS- CTPPP): "Precisa nessa sua primeira proposta fazer alguma referência ao Pagamento por Serviços  
950 Ambientais." **Simone Rosa**: "Os R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) ficariam garantidos – não havendo o impedimento legal!" **Élcio**  
951 **Barros** (da SEMAS- CTPPP): "Não! É porque na proposta original, consta Pagamento por Serviços Ambientais na proposta da  
952 APAC, e na da SERH não! então tem que fazer referência nessa proposta da Secretaria." **Simone Rosa**: "Eu não fiz referência pelo  
953 seguinte: Em não havendo Impedimento Legal, o valor que vai é separa os R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para o Pagamento  
954 por Serviços Ambientais, e vai o restante: um milhão, quinhentos e alguma coisa. Se não, vai o valor total! Só por isso que não fiz a  
955 referência, mas eu suponho que ficou claro! Então, alternativa um: redistribuição dos valores! Quem vota na alternativa um?  
956 Alternativa dois – quem for votar para deixar destinado, então, todo o recurso do Projeto Vista Alegre, menos os R\$ 200.000,00  
957 (duzentos mil reais) do Pagamento por Serviços Ambientais – se tiver respaldo legal! Quem vota na alternativa dois? Temos 08  
958 (oito) votos e eu vote também! Então, a alternativa dois foi aprovada! Então, fica aprovado o Parecer Técnico da CTALI, a  
959 respeito do Plano de Aplicação dos Recursos do FEHIDRO para 2020, com a condição acima, sem o Projeto Vista Alegre.  
960 Bem, e com isso passamos então para o nosso próximo ponto de pauta, que a Apresentação do Plano Plurianual do Progestão,  
961 para 2019 a 2022, que será feita pela Diretora-Presidente da APAC." **Suzana Montenegro** (Presidente da APAC): "Bom, eu vou  
962 procurar ser muito breve porque senão a gente não tem a apreciação de vocês. Na verdade, esse recurso do Progestão a gente  
963 teve oportunidade de apresentar aqui no Conselho, é fruto de um Convênio com a ANA, é um Programa Nacional, mas a ANA

964 simplesmente não repassa esse recurso ao Estado – nós temos um Convênio assinado, mas temos uma série de requisitos que  
965 precisam ser cumpridos – é um recurso suado, são 31 (trinta e uma) Metas Estaduais que têm que ser aprovadas pela CTALI e pelo  
966 Conselho, mais 05 (cinco) Metas Federativas – que são repassadas, diretamente para a ANA, e mais alguns condicionantes, dentre  
967 eles, a apresentação na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE) de um Relatório de Gestão – isso foi feito  
968 nessa semana, inclusive eu fiz a apresentação! E também a apresentação nesse Conselho, do Plano de Aplicação do FEHIDRO. Eu  
969 vou chamar o nosso Diretor Administrativo-Financeiro para fazer uma breve apresentação – só com os principais pontos e ressaltar  
970 que esse Plano de Aplicação foi elaborado pela Diretoria Colegiada da APAC – que está toda aqui presente, a Diretoria da  
971 Presidência, a Diretoria de Recursos Hídricos, a Diretoria de Regulação e Monitoramento e a Diretoria de Administração e Finanças,  
972 e procurando respeitar uma indicação da Agência Nacional de Águas (ANA), de usar no máximo de 25% (vinte e cinco por cento)  
973 dos recursos para despesas correntes, e o restante em investimentos – leia-se investimentos: planos, estudos, enfim, estruturação  
974 do sistema de gestão. Só para citar um exemplo, eu não queria deixar de fazer esse registro, nós estamos finalizando aqui 02 (dois)  
975 Planos de Bacia: o Plano da Bacia do Pajeú e o Plano da Bacia Una e do Grupo das Bacias Litorâneas GL4 e GL5. Esses planos  
976 foram financiados com recursos do FEHIDRO e o aporte final vai ser justamente do Progestão, assim como outros estudos, outras  
977 ações estruturadoras que Roberto vai apresentar aqui para nós. Mas eu gostaria de fazer o registro para ver porque a gente chama  
978 isso aqui de investimento, porque é justamente uma possibilidade de alavancar novos recursos – como está sendo feito com os  
979 Planos da Bacia do Ipojuca e do Capibaribe, que já foram reportados aqui em diversas ocasiões.” **Roberto Cavalcanti (Diretor de**  
980 **Administração e Finanças da APAC):** “Bem pessoal, esse plano que inicialmente foi apresentado para vocês no final do ano  
981 passado, para aplicação a partir de 2019, é uma plano que está na cópia que foi distribuída hoje – ele está no verso desse  
982 documento, e que por deliberação da ANA, a gente teve que fazer alteração na Aplicação dos Recursos, principalmente na questão  
983 de recursos de custeio. Então por isso a gente precisou fazer essas alterações por solicitação da ANA, que fosse apreciado mais  
984 uma vez pelo Conselho. Nós estamos aplicando os recursos de custeio até o máximo de 30% (trinta por cento) dos recursos do  
985 Progestão, e o restante dos recursos que a gente aplicasse tudo em investimentos! Então, dentro dos recursos de custeio,  
986 basicamente tivemos a aplicação desses recursos no ano de 2019 com diárias, com passagens aéreas, com suprimentos, serviços  
987 de transportes e despesas de organização de eventos com os colegiados, entre outros. E na aplicação dos recursos em  
988 investimentos tivemos aquisição de material permanente e o pagamento dos Planos Hidroambientais que foram apresentados aqui  
989 pela Presidente Suzana. Fizemos uma aplicação dos recursos de R\$ 1.084.000,00 (um milhão e oitenta e quatro mil reais) até  
990 novembro, e estimamos que fechamos aí em R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) na aplicação desses recursos no ano de  
991 2019. E para os Exercícios seguintes, como está apresentado na planilha, que está na mão dos Senhores – basicamente é isso  
992 gente!” **João Pessoa (da FAEPE):** “Apenas em alguns itens aqui, eu queria um melhor esclarecimento. E também ter patente a  
993 minha admiração em relação aos montantes, que eu também posso dizer agora, por exemplo: capacitação de recursos hídricos,  
994 onde temos um total para os quatro anos de R\$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais); serviços de buffet para reuniões; R\$  
995 358.000,00 (trezentos e cinquenta e oito mil reais) – é isso?” **Roberto Cavalcanti (Diretor de Administração e Finanças da**  
996 **APAC):** “Conselheiro, essa planilha que o Senhor está lendo isso, foi alterada para a que está no verso desse papell” **João Pessoa**  
997 **(da FAEPE):** “Ah! Então agora eu preciso analisar tudo.” **Simone Rosa:** “**Suzana** vai dar uns esclarecimentos aqui, sobre esses  
998 valores!” **Suzana Montenegro (Presidente da APAC):** “Na verdade, esse Plano de Aplicação ele é apresentado ao Conselho, mas  
999 o Conselho não precisa aprovar – ele é aprovado pela Diretoria Colegiada da APAC! Mas claro, que nós estamos à disposição para  
1000 dar os esclarecimentos!” **Simone Rosa:** “Bom, então diante desse esclarecimento, de que é apenas para dar conhecimento e o  
1001 documento foi encaminhado aos Conselheiros, então acho que não cabe deliberação, como foi esclarecido e foi dada a ciência!  
1002 Então, o ponto final é a discussão do Calendário das Reuniões do CRH para 2020, para o próximo ano e esse calendário segue  
1003 exatamente o que vem sendo praticado aí nos últimos anos, que nós temos 03 (três) Reuniões Ordinárias, e a primeira acontecendo  
1004 em março – como foi solicitado que sempre fosse antes do dia 15 (quinze) de março e então ficou para o dia 12 (doze) de março –  
1005 seguindo a praxe que sempre temos feito as reuniões às quintas-feiras. Então, primeira Reunião Ordinária no dia 12 (doze) de  
1006 março; segunda Reunião Ordinária no dia 13 (treze) de agosto e a terceira Reunião Ordinária no dia 10 (dez) de dezembro –  
1007 lembrando que, sempre que necessário, serão convocadas Reuniões Extraordinárias, e claro que não temos nenhuma previsão  
1008 porque são extraordinárias. Alguém tem alguma objeção com este Calendário? Se alguém tiver alguma objeção, por favor se  
1009 manifeste! Em não havendo objeções, então fica aprovado por unanimidade esse Calendário de Reuniões do CRH para 2020!  
1010 Deixamos em aberto o item Outros Assuntos, para acaso, algum conselheiro quisesse trazer alguma informação, e aí temos dois  
1011 conselheiros, **Flávio (da SDA)** e depois o professor **Waldir.**” **Flávio Duarte (da SDA):** “É só uma preocupação, Sandra, porque  
1012 você vai estar na Comissão que vai trabalhar na construção do Regimento Interno, e a gente teria que marcar uma reunião antes do  
1013 dia 12 (doze) porque a Comissão vai ter uma previsão de 90 (noventa) dias, então talvez, um indicativo de uma reunião para o mês  
1014 de janeiro, para que a gente pudesse agendar.” **Sandra Ferraz (da SERH):** “Antes do Carnaval a gente já deve ter esse desafio  
1015 **Flávio.** Você está no Grupo? Vamos eleger aí o Coordenador e o Relator, mas eu acho que a intensidade do trabalho vai ser em  
1016 janeiro – é um desafio, pois a gente sabe que janeiro é um mês difícil, mas a preocupação é que, antes disso vai para a CTALI, e é  
1017 importante, mas a gente está atento! O trabalho vai ser árduo, mas eu acho que na primeira reunião a gente define um calendário.”  
1018 **Waldir Costa (da UNIECO e CTAS):** “É sobre duas correspondências da CTAS, solicitações que foram encaminhadas à SERH: a  
1019 primeira não vou detalhar porque é um assunto que já foi discutido e aprovado, sobre aquela questão da Cobrança de Águas  
1020 Subterrâneas ser 03 (três) vezes maior do que a das Águas Superficiais – isso aí passou à revelia da câmara, pois ela não foi

1021 consultada, mas nessa altura não tem mais jeito, apenas a câmara estranhou essa discriminação da água subterrânea! A segunda  
1022 questão é mais importante: ainda neste mês deverá ser ingressada, provavelmente na Câmara dos Deputados, uma PEC (Proposta  
1023 de Emenda Constitucional) mudando a dominialidade das águas subterrâneas! Atualmente, pela Constituição Federal, todas as  
1024 águas subterrâneas são de dominialidade do Estado, ao contrário das superficiais, que quando passa de um Estado para outro,  
1025 passam a ser de domínio da União! E esta PEC de autoria de uma série de Deputados, encabeçada pelo Túlio Gadêlha daqui de  
1026 Pernambuco, que quer que todas as águas subterrâneas, cujos os aquíferos passem de um Estado para outro, sejam de domínio da  
1027 União! E a justificativa dessa PEC é apenas para que estudos sejam feitos nesses aquíferos, sempre que o aquífero passe de um  
1028 Estado para outro, o estudo seja feito no aquífero como um todo, e não, no Estado independente. Ora, isso aí já vem sendo feito,  
1029 independente da dominialidade. A ANA tem feito vários estudos de Bacias Hidrogeológicas, e recentemente de toda a Bacia  
1030 Amazônica, com 06 (seis) Estados, e foram feitos pela ANA, independente da dominialidade! Não é preciso que a dominialidade  
1031 seja concedida para que esses estudos sejam feitos. Por outro lado, a Bacia Pernambuco-Paraíba – que passa pela Bacia Costeira,  
1032 que vai do Estado de Pernambuco, Paraíba e vai até o Rio Grande do Norte, não tem nenhuma ligação com a outra, em termos de  
1033 fluxo do aquífero – os fluxos são de Oeste para Leste, e o que a gente estuda aqui na Região Metropolitana do Recife (RMR) não  
1034 vai interferir, em nada, na Região Metropolitana da Paraíba. Por outro lado, essa dominialidade das águas subterrâneas passando  
1035 para a União, não seria somente os estudos que iriam passar para a União, mas toda a gestão de águas subterrâneas teriam que  
1036 ser de domínio da União! Eu não concebo como é que você vai perfurar um poço no Recife, ter que pedir a ANA para fazer a  
1037 outorga desse poço, e a cobrança que também vai ser feita! O estudo, o acompanhamento do próprio aquífero, a fiscalização –  
1038 todos os instrumentos de gestão que atualmente são de domínio do Estado, passariam para a União – isso é um completo absurdo,  
1039 que eu não posso conceber! Então, a CTAS se reuniu quinta-feira passada, inclusive, convidou os integrantes da CTALI e da CTOC  
1040 – que não compareceram, mas mesmo assim a CTAS verificou esse absurdo e solicita que o Governo de Pernambuco, através dos  
1041 seus Deputados Federais, tentem impedir a aprovação dessa PEC, que vai ser um total absurdo para o controle e gestão dos  
1042 aquíferos em todo o Brasil – não é somente em Pernambuco! Imaginem que lá em São Paulo, por exemplo, se precisar fazer um  
1043 poço tem que ir para a ANA, porque a Bacia do Paraná envolve vários Estados da região. A Bacia do Amazonas envolve 06 (seis)  
1044 Estados e cada poço de Manaus precisaria da gestão da ANA – isso é um absurdo e não se pode conceber! A única justificativa  
1045 dessa PEC só fala mesmo em estudos e estudos já vêm sendo feitos – sem precisar que as águas sejam de domínio da União!  
1046 Essa é a nossa contribuição que eu gostaria de dar. Por último, eu queria fazer uma pergunta: o que é feito daquele estudo que  
1047 aprovamos aqui, que foi feito pela CTAS e foi aprovado pelo Conselho, para o pequeno agricultor rural? Nós não tivemos nenhum  
1048 retorno de como anda essa questão! Obrigado!" **Simone Rosa:** "Obrigada, pelos esclarecimentos e pelas informações, que foram  
1049 dadas aqui! Sobre o Projeto de Lei sobre Agricultura Familiar, **Suzana** vai falar." **Suzana Montenegro (Presidente da APAC):** "O  
1050 Projeto de Lei da Agricultura Familiar não foi encaminhado à ALEPE – ele vai ser apresentado na Comissão da ALEPE que originou  
1051 a demanda, que foi a Comissão de Administração, tinha uma reunião marcada para esta semana, que não ocorreu e a ALEPE está  
1052 entrando em recesso, então essa reunião será remarcada na volta do recesso, em fevereiro, com a Comissão de Administração  
1053 Pública!" **Simone Rosa:** "Então, não havendo mais Outros Assuntos a tratar, vamos dar por encerrada esta reunião, desejando a  
1054 todos Boas Festas e agradeço à colaboração e a participação durante esse ano de 2019, em nome do Conselho, e que a gente  
1055 tenha uma participação bastante efetiva também para o ano que vem! Aguardo a todos aqui, em 2020, para continuarmos os  
1056 trabalhos!"

1057  
1058  
1059

  
SIMONE ROSA DA SILVA  
Secretária Executiva do CRH